

mercado de trabalho

conjuntura e análise

| FEVEREIRO 2009 |

38

Governo Federal

**Ministro de Estado Extraordinário de
Assuntos Estratégicos** – Roberto Mangabeira Unger

Secretaria de Assuntos Estratégicos

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Administração e Finanças

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos Macroeconômicos

João Sicsú

Diretor de Estudos Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Diretora de Estudos Regionais e Urbanos

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos Setoriais

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Mário Lisboa Theodoro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Estanislau Maria de Freitas Júnior

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

mercado de trabalho conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Lauro Ramos

Equipe

Carlos Henrique Leite Corseuil

Rosangela Cavaleri

Luana Moreira de Souza Furtado

Julio Castro Alves de Lima e Silva

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ipea ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração deste boletim.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	V
ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO	1
NOTAS TÉCNICAS	11
HETEROGENEIDADE NO MERCADO DE TRABALHO: DESEMPREGO E INATIVIDADE NO BRASIL	13
Marina Ferreira Fortes Aguas Valéria Pero Eduardo Pontual Ribeiro	
MOBILIDADE DE EMPREGO ENTRE OS JOVENS NO BRASIL	21
Letícia S. G. Albuquerque	
OS EFEITOS DA MIGRAÇÃO SOBRE OS SALÁRIOS E O PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DOS TRABALHADORES NO BRASIL	27
Ricardo da Silva Freguglia	
DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS DO TRABALHO POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO ENTRE 2002 E 2007	35
Adriana Fontes Valéria Pero	
ANEXO ESTATÍSTICO	43

APRESENTAÇÃO

Esse número do boletim busca apresentar um panorama geral do funcionamento do mercado de trabalho metropolitano em 2008, comparando a evolução dos principais indicadores com o observado nos anos imediatamente anteriores. Em que pese a existência de evidências claras de acentuada desaceleração da atividade econômica no último trimestre, o mercado de trabalho terminou o ano anterior com resultados muito bons, com destaque para a taxa de desemprego, que alcançou o seu patamar mais baixo desde a implementação da versão atual da Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE (PME/IBGE). O nível de ocupação, emprego formal, rendimentos reais e massa de rendimentos também apresentaram evoluções bastante favoráveis, confirmando o bom desempenho do mercado de trabalho em 2008.

Não obstante essa boa avaliação, as perspectivas para o início desse ano são preocupantes, pois, se confirmada a expectativa de desaceleração da atividade econômica, o impacto no funcionamento do mercado de trabalho se fará sentir, mais cedo ou mais tarde. Além do cenário econômico claudicante, os fatores sazonais do início de ano também não são propícios, de modo que existe até a possibilidade de ocorrer uma piora abrupta em alguns dos principais indicadores, entre eles a taxa de desemprego e o grau de informalidade.

Completam o boletim quatro notas técnicas que analisam questões relacionadas à dinâmica do mercado de trabalho, enfocando algumas transições a que o trabalhador está sujeito ao longo de sua vida profissional. A primeira nota, de Marina Ferreira Fortes Aguas, Valéria Pero e Eduardo Pontual Ribeiro, discute a necessidade de uma eventual revisão nos conceitos de desemprego e inatividade. Os autores analisam nos dados da PME/IBGE um subgrupo de trabalhadores inativos, classificados de marginalmente inativos, a fim de saber se o seu padrão de transição para os demais estados do mercado de trabalho é mais semelhante ao restante dos trabalhadores inativos ou àquele apresentado pelos trabalhadores desempregados. Os autores concluem que na verdade o grupo de trabalhadores marginalmente ativos tem padrões mais semelhantes ao dos desempregados.

A segunda nota, de Letícia S. G. Albuquerque, investiga se os efeitos de sucessivas transições entre empregos trazem impactos positivos ou negativos para o salário corrente do trabalhador. A autora mostra que do ponto de vista teórico o efeito é indeterminado, pois enquanto algumas teorias justificam uma relação positiva, outras fazem o contrário. A análise empírica implementada com os dados da Raismigra mostra efeitos positivos no contexto do setor formal do Brasil.

A terceira nota, de Ricardo da Silva Freguglia, também traz uma análise empírica baseada nos dados da Raismigra. Dessa vez, a transição em foco é entre empregos, envolvendo a migração do trabalhador entre unidades da federação. O autor privilegia as migrações para o maior pólo receptor do país, o Estado de São Paulo. Seus resultados mostram que em um primeiro momento o migrante tende a ter perdas salariais, porém com o passar do

tempo ele consegue reverter esse quadro com ganhos salariais suficientes para equalizar seus rendimentos aos dos residentes de São Paulo.

A última nota, de Adriana Fontes e Valéria Pero, analisa o efeito de transições entre empregos formais e informais sobre o salário do trabalhador. A análise empírica volta a ser implementada com os dados da PME, e mostra que transições tanto de postos sem carteira assinada como de autônomos para empregos formais são acompanhadas de ganhos salariais e vice-versa. Com esses resultados, as autoras resgatam um debate marcante na década de 1980 sobre quão inferiores seriam as condições de trabalho no setor informal. Esse resgate é feito valendo-se não apenas de informações mais atuais como também de métodos empíricos mais sofisticados.

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

1 INTRODUÇÃO

Esta análise tem como objetivo a apresentação de um panorama geral do mercado de trabalho brasileiro em 2008 com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O foco da análise será o comportamento dos principais indicadores do mercado de trabalho ao longo do ano de 2008, à luz dos resultados dos anos anteriores, em particular os de 2007.

A fim de balizar os resultados sobre a performance do mercado de trabalho, traçaremos antes um breve panorama do ambiente macroeconômico em 2008.¹ Os indicadores disponíveis para o nível de atividade ao longo deste ano mostram que o comportamento do quarto trimestre difere do resto. Nos primeiros três trimestres, os indicadores disponíveis – entre eles o Produto Interno Bruto (PIB); a produção industrial; os valores das vendas no varejo e das exportações, – registram aumentos expressivos em relação a 2007. Já no quarto trimestre, os três últimos indicadores sinalizam uma mudança de direção, passando a registrar diminuições ou uma velocidade menor de crescimento.²

Essas reduções nas taxas de crescimento não aparecem de forma tão clara no mercado de trabalho. Entre os principais agregados – taxa de desemprego; nível de ocupação; taxa de informalidade; e rendimento médio –, apenas o desemprego registra de forma clara esse movimento, na medida em que a diferença entre as taxas de desemprego no final de 2008 e de 2007 passa a ser bem menor do que a mesma diferença computada nos meses intermediários desses anos.

2 TAXA DE DESEMPREGO E ATIVIDADE

A taxa de desemprego foi o principal destaque entre os indicadores de 2008, tanto por ter fechado o ano em 6,8% (seu menor patamar desde a implementação da metodologia atual da PME em 2002) como por apresentar a menor média (7,9%) nesse mesmo período. O valor médio da taxa de desemprego para 2008 é 1,4 ponto percentual (p.p.) menor do que o valor médio de 2007 (9,3%).

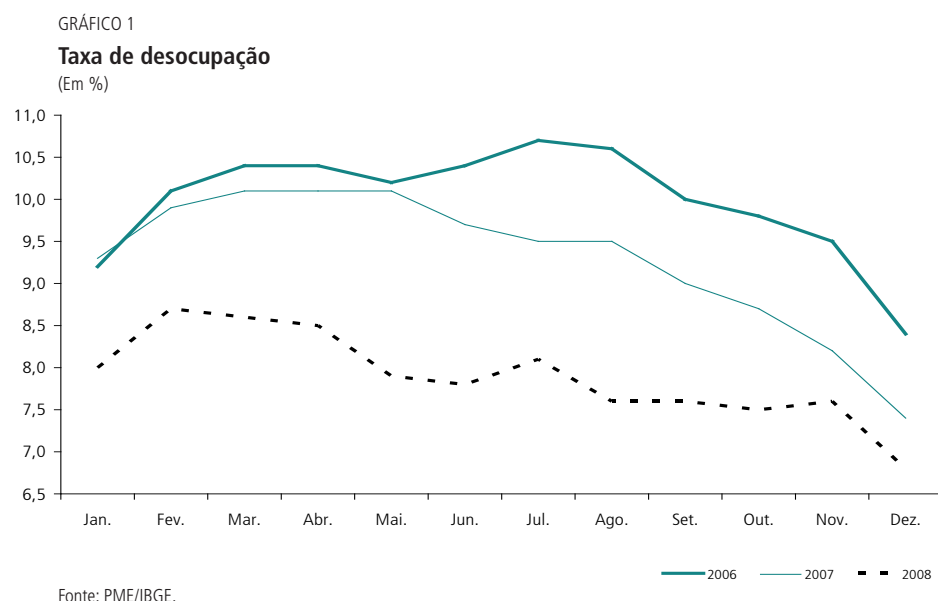
Apesar desse resultado positivo, é possível detectar uma diminuição do ritmo nessa queda do desemprego ao longo de 2008. O gráfico 1 mostra que houve uma oscilação menor desse indicador, sobretudo no segundo semestre. Como resultado desse fato, a taxa de desemprego de 2008 que chegou a ficar em torno de 2 pontos percentuais (p.p.) abaixo da de 2007 no fim do primeiro semestre, fechou o ano com uma diferença de apenas 0,6 p.p. em relação a dezembro de 2007.

Todas as regiões metropolitanas (RMs) cobertas pela PME apresentaram taxas médias de desemprego menores em 2008 do que em 2007, com destaque, de um lado, para Recife

1. Todos os números que fundamentaram esse panorama macroeconômico estão disponíveis na sinopse macroeconômica do Ipeadata. Ver: <www.ipeadata.gov.br>

2. Até a edição deste número não estava disponível o valor do PIB para o quarto trimestre de 2008.

e Salvador, que registraram as maiores quedas (2,8 p.p. e 2,3 p.p., respectivamente), e Rio de Janeiro, do outro, com uma queda de apenas 0,4 p.p.³



A taxa de desemprego aberto apresentada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), confirma as conclusões tiradas com base nos dados da pesquisa do IBGE. Na PED, a taxa de desemprego também fecha dezembro com o menor nível dos últimos anos (8,6%), assim como a média de 2008 (9,6%), a menor entre as computadas no passado recente. Por fim, no aspecto regional, a PED também registra taxas de desemprego médias de 2008 menores do que em 2007 em todas as RMs pesquisadas.⁴

Além do aspecto regional, a PME nos permite analisar como evoluiu o desemprego de acordo com algumas características individuais. Em 2008, a desagregação por faixa etária merece destaque, em particular a evolução do desemprego para os mais jovens. Tanto o grupo de 15 a 17 anos como o de 18 a 24 apresentaram variações expressivas quando comparamos as taxas médias de 2008 com as de 2007. Essas variações são de -3,1 p.p. e -3,2 p.p., respectivamente, o que representa mais do que o dobro da variação agregada comentada acima.⁵

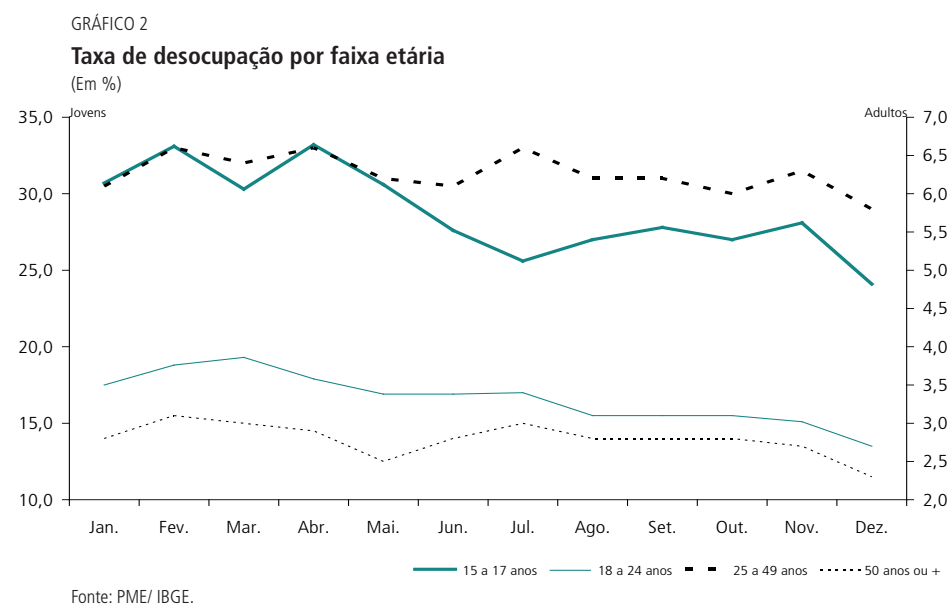
A trajetória do desemprego por faixa etária ao longo do ano também traz alguns aspectos interessantes, que podem ser vistos no gráfico 2. Cabe destacar aqui a queda abrupta da taxa de desemprego do grupo de 15 a 17 anos entre os meses de maio e julho, quando a taxa cai de 30,6% para 25,6%. Não apenas a magnitude da queda chama atenção como também o fato de a taxa de desemprego subir em todas as outras faixas etárias nesse mesmo período. No entanto, podemos explicar ao menos parte desse fenômeno pelo comportamento da taxa de atividade dessa faixa etária. Nesse período, tal como ocorrido para a taxa de desemprego, a taxa de atividade cai apenas para o grupo de 15 a 17 anos. A magnitude da queda impressiona,

3. Com relação às demais RMs, Belo Horizonte registra uma queda da taxa média de 1,1 p.p., São Paulo de 1,7 p.p. e Porto Alegre, de 1,4 p.p.

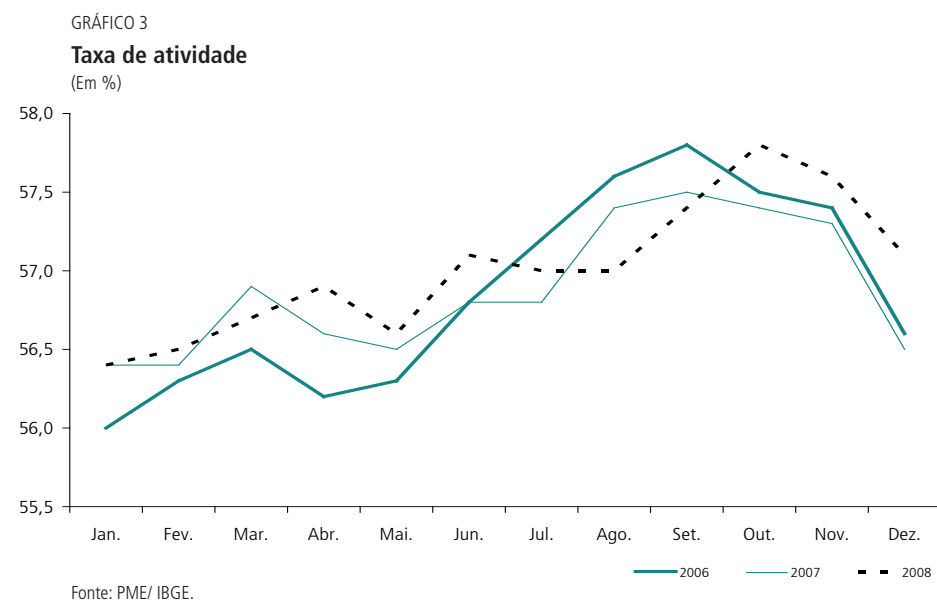
4. Ver o anexo estatístico.

5. Na variação das médias de 2007 e 2008, as demais faixas de idade obtiveram resultados habituais: -0,9, para a faixa de 25 a 49 anos e, -0,4 na faixa de 50 anos ou mais.

sobretudo quando comparamos os meses de maio e junho, quando é registrada uma diminuição de mais de 1 p.p. na taxa de atividade do grupo em questão.



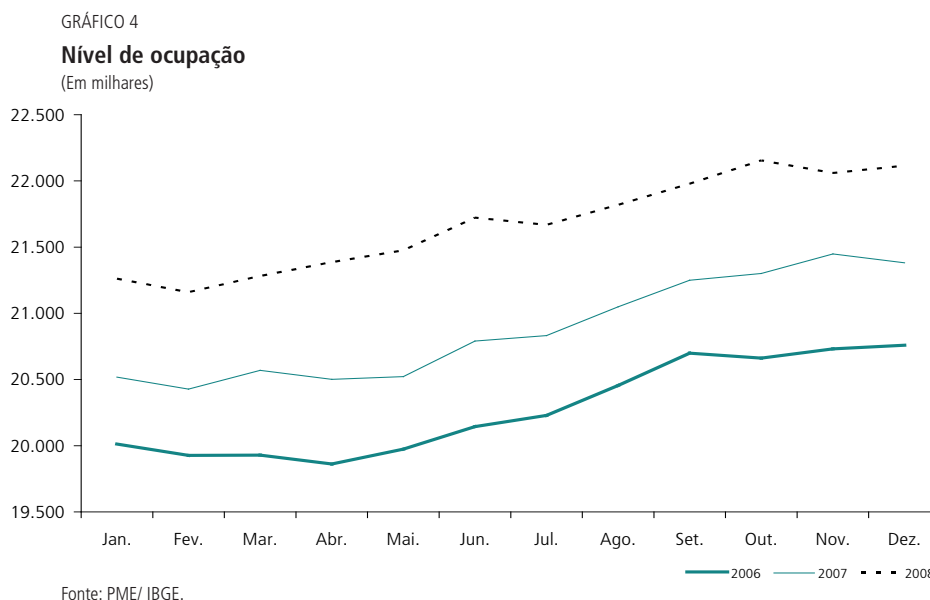
Passando para a taxa atividade agregada,⁶ observa-se que, em 2008, o valor desse indicador oscilou em torno dos 57,0%, o que pode ser considerado estável quando observadas as médias dos anos anteriores (56,9%, tanto em 2006 quanto em 2007). Como se verifica no gráfico 3, os valores registrados no decorrer de 2008 se mantiveram próximos daqueles registrados nos respectivos meses dos dois anos anteriores, confirmando o padrão de queda nos últimos meses após uma tendência de alta nos três primeiros trimestres. Essa queda no final do ano tende a colaborar para a queda também verificada na taxa de desemprego no fim do ano.



6. Taxa de atividade ou taxa de participação é o percentual da População Economicamente Ativa (PEA) em relação à População em Idade Ativa (PIA).

3 OCUPAÇÃO E INFORMALIDADE

O nível de ocupação em 2008 cresceu, em média, 3,8 % em relação ao ano anterior. Tal fato corresponde à geração de 791 mil novos postos de trabalho.⁷ O gráfico 4 nos permite vislumbrar que a população ocupada sempre se manteve superior em 2008 em relação aos anos imediatamente anteriores.



Direcionando a análise aos dados regionais, pode-se dizer que todas as RMs tiveram variações positivas quando se compara o desempenho médio do nível de ocupação de 2008 com os valores médios de 2007. Nesse caso, destacam-se as RMs de Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte, que obtiveram os respectivos crescimentos de 5,1%, 4,8% e 4,6% no período em estudo.⁸

A análise do nível de ocupação possibilita uma desagregação dos dados de acordo com algumas características de postos de trabalho, tais como setor de atividade e posição na ocupação. Quando se trata do aspecto setorial da população ocupada, os resultados deixam de ser homogêneos, em contraste com os comentados por região. O gráfico 5 aponta que alguns setores, como indústria⁹ e intermediação financeira,¹⁰ reverteram a tendência de crescimento da população ocupada, enquanto outros, como comércio¹¹ e outros serviços,¹² permanecem aquecidos no fim do ano.

7. Vale lembrar que o mercado de trabalho metropolitano coberto pela PME corresponde a 30% do mercado de trabalho nacional, segundo as últimas estimativas disponibilizadas a nível nacional pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2007.

8. Crescimento das demais RMs pesquisadas entre o ano de 2007 e 2008: Rio de Janeiro (2,5%), Recife (2,0%), e Salvador (0,8%).

9. Nesse agrupamento as atividades consideradas são indústria extrativa e transformação, produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

10. Esse agrupamento comporta as atividades de intermediação financeira, atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresas.

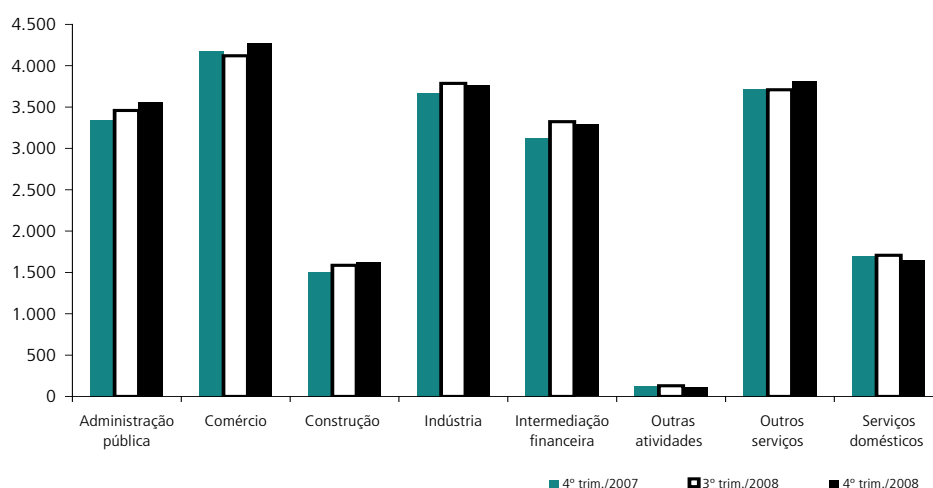
11. Esse agrupamento inclui, além das atividades de comércio, a reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos, e o comércio a varejo de combustíveis.

12. Esse agrupamento abrange as seções de alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicação.

GRÁFICO 5

Nível de ocupação por setor de atividade – 2007/2008

(Em milhares)



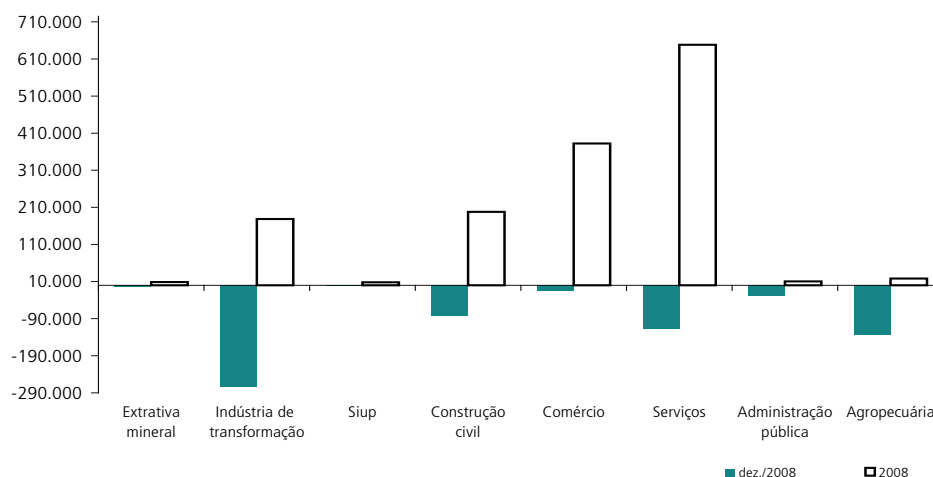
Fonte: PME/ IBGE.

Vale dizer que impressões um pouco distintas podem ser coletadas quando nos debruçamos sobre os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Apesar das diferenças de cobertura desta fonte em relação à PME, cabe registrar que os resultados referentes à evolução do emprego por setor de atividade são bem mais homogêneos.¹³ O gráfico 6 mostra que a variação do emprego acumulada ao longo de 2008 foi positiva em todos os setores. No entanto, uma reversão desse movimento aparece de forma nítida em dezembro, quando todos os setores apresentam variações negativas do nível de emprego.¹⁴ Apesar de a variação agregada do emprego pelo Caged também ser negativa em vários anos do passado recente, a magnitude desse ano supera em muito a registrada nos demais anos.

GRÁFICO 6

Variação do nível de ocupação por setor de atividade – Dez. 2008/saldo de 2008

(Em milhares)



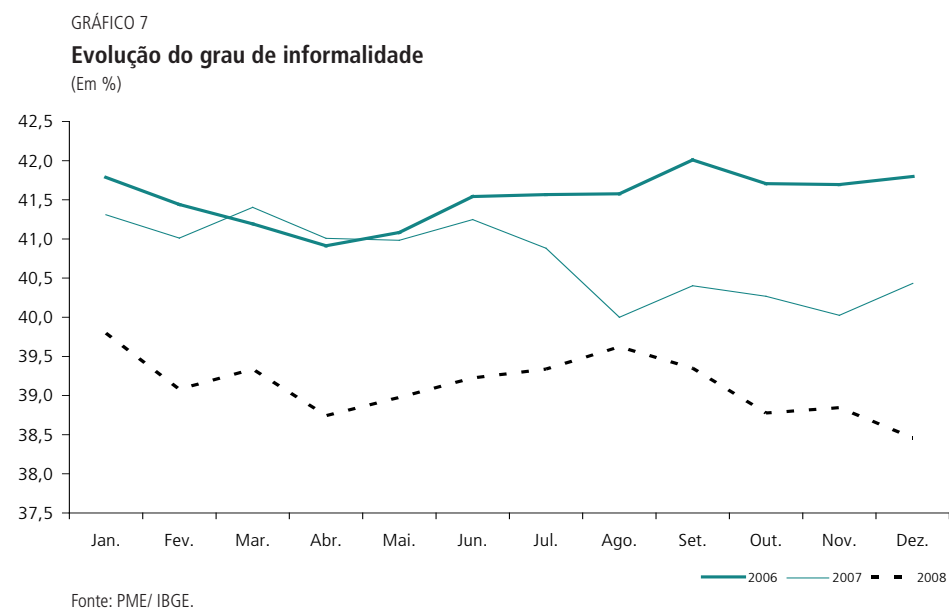
Fonte: Caged/MTE.

13. Por um lado o Caged cobre todo o território nacional, por outro, essa fonte de informação lida apenas com os vínculos formais.

14. Outra distinção relevante entre o Caged e a PME é que a primeira fonte reporta todas as informações após o encerramento de dezembro, enquanto a segunda tem suas informações reportadas ao longo de todo o mês. Dessa forma o Caged pode estar captando melhor as transições para o desemprego caso elas tenham se concentrado no final do mês.

No âmbito da distribuição da população ocupada por posição na ocupação é possível dizer que a população empregada com carteira de trabalho assinada teve um crescimento de 7,1% em 2008 com relação a 2007, o que equivale, em valores absolutos, a aproximadamente 700 mil novos contratos com carteira assinada. Por outro lado, os empregados sem carteira de trabalho assinada tiveram uma redução de 1,4%.¹⁵ Chama a atenção o comportamento desse segmento ao longo de 2008 por ser o único a apresentar uma clara mudança de tendência no último trimestre, através de significativa queda após grande período de crescimento. A comparação com o nível de atividade indica que, ao menos em 2008, o emprego sem carteira exibe um padrão pró-cíclico, o que talvez reflita os menores custos associados a mudanças no nível desse tipo de vínculo. Outra possível explicação para a dinâmica do emprego sem carteira passa pela realização de eleições em outubro, uma vez que esse tipo de vínculo tende a ser muito usado em períodos de campanha eleitoral.

O contraste entre os resultados dos grupos de empregados com e sem carteira no fim do ano moldam a evolução do grau de informalidade.¹⁶ Esse indicador oscila em patamares ligeiramente superiores a 39% até o terceiro trimestre, quando passa a registrar os menores valores de 2008. No mês de dezembro, esse indicador chegou a 38,5%, o que caracteriza o menor valor já registrado. Em relação aos anos anteriores, o gráfico 7 permite dizer que o grau de informalidade médio da população ocupada vem decrescendo. Em 2008, o valor médio do nível de informalidade ficou em 39,1%, o que em relação a 2007 representa uma queda de 1,7 p.p.



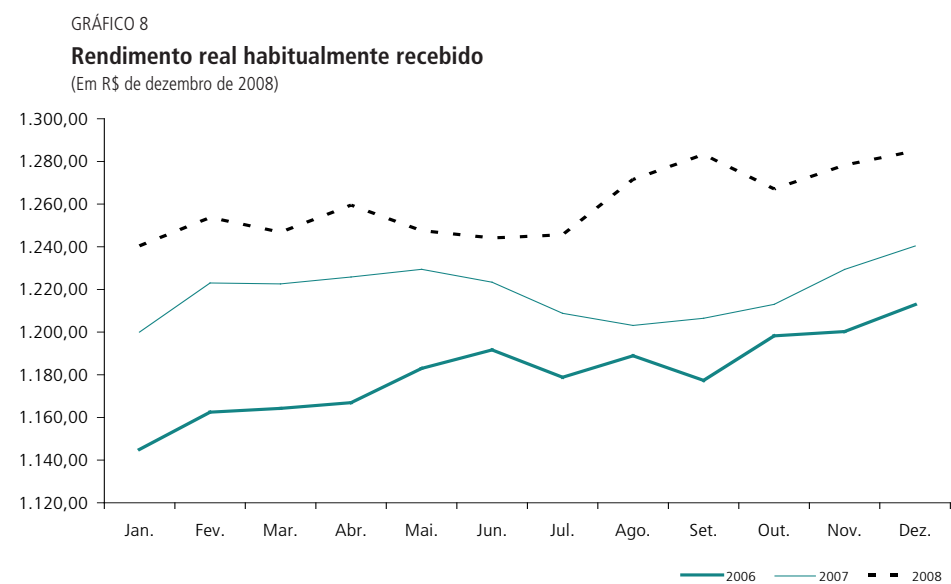
4 RENDIMENTO E MASSA SALARIAL

O rendimento médio real habitualmente recebido apresentou um ganho de 3,6% entre 2008 e 2007, alcançando no mês de dezembro de 2008 o patamar de R\$ 1.284,90, valor mais alto do ano. O gráfico 8 mostra que os valores registrados para 2008 foram sempre superiores aos de 2007. É interessante notar que a distância entre os valores de 2008 e 2007 aumenta

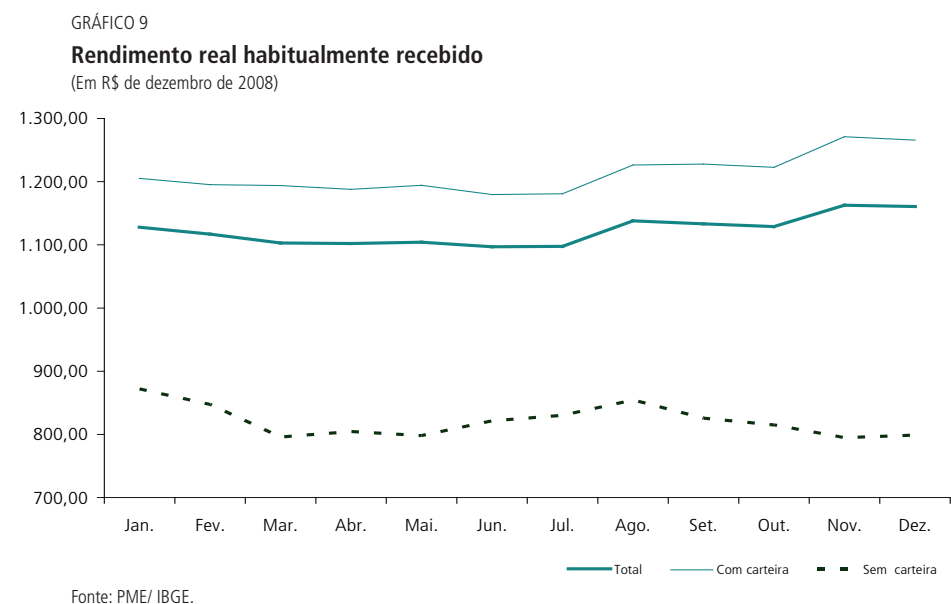
15. O comportamento das demais posições na ocupação em 2008 com relação a 2007 se deu da seguinte forma: militares e estatutários, 6,9%; não-remunerados que eram empregados, 4,2%; empregadores, 0,8%; conta-própria, 1,2%; e não-remunerados, conta-própria ou empregador -1,5%.

16. O grau de informalidade aqui utilizado é definido como a razão entre trabalhadores sem carteira, por conta própria e não-remunerados, sobre o total de ocupados.

no segundo semestre, especialmente no começo desse período, provavelmente como reflexo do bom momento que a economia vivia até ser afetada pela crise internacional.



Esse movimento pode ser atribuído à evolução dos rendimentos dos empregados com carteira, registrado no gráfico 9. Enquanto os valores registrados no primeiro semestre eram iguais ou inferiores aos de 2007, no segundo semestre os valores de 2008 passam a ser bem superiores. Saltam aos olhos os expressivos aumentos nos rendimentos experimentados por esse grupo de trabalhadores nos meses de novembro e dezembro. Vale destacar que, em 2008, todas as demais categorias de posição na ocupação obtiveram ganhos reais em relação a 2007.

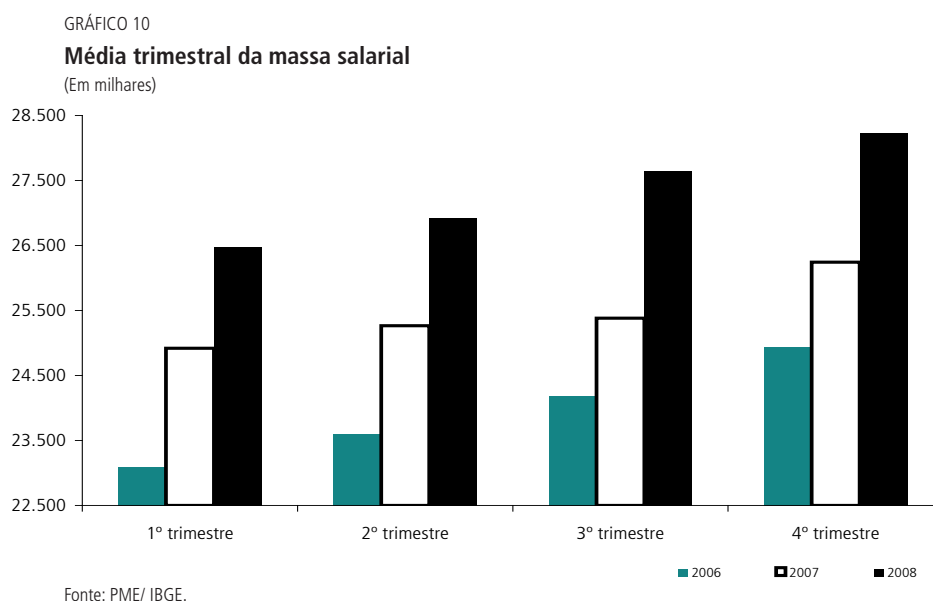


17. Entre 2007 e 2008, o rendimento médio da população ocupada no setor público aumentou 4,1%; no setor privado, a variação total foi de 2,4%; neste setor, os empregados com carteira de trabalho assinada apresentaram variação positiva de 2,0% e aqueles sem carteira assinada tiveram variação de 1,3%; e os trabalhadores por conta própria registraram crescimento de 4,2%.

18. Variação dos rendimentos médios habitualmente recebidos nas RMs, entre 2007 e 2008: Recife -1,4%; São Paulo, 2,4%; Porto Alegre, 2,5%; Belo Horizonte, 4,6%; Rio de Janeiro, 5,2%; e Salvador, 6,7%.

No plano regional não se pode afirmar o mesmo, visto que, entre 2007 e 2008, a RM de Recife registrou perda nos rendimentos, ao passo que as demais RMs mantiveram variações positivas.

A evolução da massa de rendimento do trabalho pode ser observada no gráfico 10. É de se esperar que esse indicador aponte crescimento, haja vista que tanto os rendimentos médios quanto o número de pessoas ocupadas subiram em 2008. A variação da média anual da massa salarial, entre 2007 e 2008, foi de 6,9%. Nota-se, ainda, a expressiva elevação da massa salarial no segundo semestre de 2008, fechando o último trimestre com um aumento de 7,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. No entanto a expectativa de reversão no nível de atividade apontada nos indicadores dos últimos meses, se confirmada, tenderá a se refletir no mercado de trabalho. Em consequência, poderá haver uma piora abrupta dos indicadores examinados, em particular da massa salarial.



NOTAS TÉCNICAS

HETEROGENEIDADE NO MERCADO DE TRABALHO: DESEMPREGO E INATIVIDADE NO BRASIL

Marina Ferreira Fortes Aguas

Valéria Pero

Eduardo Pontual Ribeiro

MOBILIDADE DE EMPREGO ENTRE OS JOVENS NO BRASIL

Letícia S. G. Albuquerque

OS EFEITOS DA MIGRAÇÃO SOBRE OS SALÁRIOS E O PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DOS TRABALHADORES NO BRASIL

Ricardo da Silva Freguglia

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS DO TRABALHO POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO ENTRE 2002 E 2007

Adriana Fontes

Valéria Pero

HETEROGENEIDADE NO MERCADO DE TRABALHO: DESEMPREGO E INATIVIDADE NO BRASIL

Marina Ferreira Fortes Aguas*

Valéria Pero**

Eduardo Pontual Ribeiro***

1 INTRODUÇÃO

A maioria dos países, incluindo o Brasil, distingue os desempregados dos não-empregados com base no critério de busca por emprego. O esforço de procura é visto como revelador de uma forte proximidade dos indivíduos com o mercado de trabalho. Entretanto, esse critério não permite realçar as diferenças existentes dentro de cada grupo, principalmente no grupo dos inativos. Nessa perspectiva, esta nota procura examinar a validade dos métodos correntes de distinção entre o desemprego e a inatividade.

Embora a definição básica de desemprego envolva a busca por trabalho, há pessoas que estão disponíveis para trabalhar, mas na semana de referência não buscaram ativamente trabalho. Elas são classificadas, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a nova Pesquisa Mensal por Emprego (PME), do IBGE, como desempregados “ocultos pelo desalento”, também chamados de marginalmente ativos. Há, no entanto, uma polêmica grande na literatura sobre como classificar esses trabalhadores: se eles se aproximam daqueles considerados inativos (aqueles que não trabalham nem buscaram ativamente trabalho) ou dos desocupados (aqueles que não trabalham e buscaram ativamente trabalho).

A análise empírica segue os artigos clássicos de Jones e Riddell (1999) e Flinn e Heckman (1983). Esses autores propõem avaliar a similaridade do grupo dos marginalmente ativos com o grupo dos “realmente” inativos e dos desocupados através da sua dinâmica. Dessa forma, identificam-se os marginalmente ativos como inativos se a mobilidade entre estados do mercado de trabalho (ocupado, desocupado e inativo) é similar à dos inativos. Por outro lado, consideraram-se os marginalmente ativos como desempregados se sua dinâmica for similar à dos desempregados.

Para avaliar tal similaridade serão realizados testes estatísticos em matrizes de transição não-condicionais e condicionais a características observadas. Essa análise é feita para o Brasil no período entre 2002 a 2007, tendo como referência os dados da PME.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A análise empírica para uma definição apropriada do desemprego pode ser descrita num contexto do modelo de transição de Markov entre os estados da força de trabalho. O primeiro passo será examinar a heterogeneidade num modelo de quatro estados: empregado (*E*), desempregado (*U*), marginalmente ativo (*M*) e aqueles com nenhuma proximidade com o mercado de trabalho (*N*). Os primeiros dois estados correspondem aos convencionalmente

* Mestranda da UFF.

** Professora do Instituto de Economia da UFRJ.

*** Professor do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador do CNPq.

medidos por inquéritos, como a PME e a Pnad, enquanto os dois últimos surgem pela separação da categoria dos inativos (I) em dois componentes, M e N .

Apesar da grande variedade de possíveis definições para os marginalmente ativos, focaremos naqueles indivíduos que não procuram emprego, porém relatam que querem trabalhar. Os indivíduos classificados como N são aqueles que não procuram nem manifestam desejo por trabalhar; são os “realmente” inativos.

A dinâmica do mercado de trabalho é representada por uma matriz P de transição 4×4 , onde p_{ij} é a probabilidade de um indivíduo estar no estado j no próximo período, dado que ele está no estado i no período corrente, ou seja, é a taxa de transição do estado i para o j . Essa matriz pode ser representada por:

$$P = \begin{pmatrix} p_{EE} & p_{EU} & p_{EM} & p_{EN} \\ p_{UE} & p_{UU} & p_{UM} & p_{UN} \\ p_{ME} & p_{MU} & p_{MM} & p_{MN} \\ p_{NE} & p_{NU} & p_{NM} & p_{NN} \end{pmatrix}$$

onde, $p_{ij} = d_{ij}/r_i$, d_{ij} representa o número de indivíduos no estado i no período inicial que transitam para o estado j no período subsequente; r_i , o número de indivíduos no estado i no período inicial, isto é, $r_i = \sum_j d_{ij}$; $i, j = E, U, M, N$, estados no mercado de trabalho, empregado (E), desempregado (D), marginalmente ativo (M) e demais inativos (N).

A metodologia utilizada neste trabalho, com base em dados longitudinais, para testar se dois estados de não-emprego são idênticos do ponto de vista comportamental, foi aquela originalmente desenvolvida por Flinn e Heckman (1983) e popularizada por Jones e Riddle (1999). Segundo os autores, ao controlar convenientemente as características dos indivíduos, se a taxa de transição do estado x para o estado z for idêntica à taxa de transição do estado y para o estado z , o estado de origem será irrelevante em termos da determinação da taxa de transição dos indivíduos para z .

A partir dessa formulação, a condição necessária e suficiente para que os marginalmente ativos e os “realmente” inativos apresentem o mesmo comportamento é que a probabilidade de transição de M para E seja igual à de N para E e que a probabilidade de transição de M para U seja igual à de N para U , ou seja: $p_{ME} = p_{NE}$ e $p_{MU} = p_{NU}$. Nessas circunstâncias, o modelo de quatro estados de Markov torna-se um modelo de três estados, em que as medidas convencionais para atividade da força de trabalho (E , U e I) são apropriadas. O desejo por trabalho não conduziria a nenhuma informação adicional referente à força de trabalho, além daquela provida pelo critério de procura por emprego.

Por outro lado, é possível que o requisito convencional de busca por emprego para a caracterização do desemprego seja muito restrito, e que aqueles indivíduos ditos marginalmente ativos não tenham um comportamento distinto dos desempregados, ou seja: $p_{ME} = p_{UE}$ e $p_{MU} = p_{UU}$. Nesse caso, a mensuração do desemprego deve ser baseada no desejo de trabalhar e não na procura por emprego. A vontade de trabalhar por si só seria capaz de distinguir os desempregados daqueles que se encontram fora do mercado de trabalho, o critério da busca por emprego não conduziria a informações adicionais.

Se essas duas condições acima forem rejeitadas, é de se esperar que: $p_{UE} > p_{ME} > p_{NE}$ e $p_{UU} > p_{MU} > p_{NU}$ e $p_{UN} < p_{MN} < p_{NN}$. Nessa situação, o modelo de quatro estados para o mercado

de trabalho torna-se o mais apropriado. Os indivíduos considerados ativos na margem, ao apresentarem um comportamento distinto dos demais, não poderiam ser englobados nem no grupo dos fora do mercado de trabalho nem no grupo dos desempregados. Esses indivíduos formariam uma nova categoria. Sendo assim, seria racional que as agências estatísticas disponibilizassem regularmente bases estatísticas com essa divisão.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS PARA O BRASIL

A análise dos resultados baseou-se no exame das taxas médias de transição entre os quatro estados (E, U, M, N) e do comportamento das probabilidades de transição ao longo do período estudado. Para o cálculo dessas transições, foram utilizados os microdados da PME, realizada pelo IBGE, nos anos de 2002 a 2007.

A pesquisa possibilita, além da mensuração do emprego, do desemprego e da inatividade, a identificação dos indivíduos marginalmente ativos. Isso é feito através do questionário de inquérito pela pergunta: “embora não tenha procurado, gostaria de conseguir um trabalho?”

Para a realização do estudo foram utilizadas a primeira e a quarta entrevistas no mesmo domicílio para o indivíduo classificado como o “chefe do domicílio”. Entre 2002 e 2007 foram selecionados 194.814 mil indivíduos, sendo que a cada um correspondem dois registros. Essa natureza longitudinal dos microdados possibilitou a observação das transições entre os estados de trabalho num intervalo de quatro meses.

3.1 Estimativas e evolução das taxas de transição

Para iniciar a apresentação dos resultados é necessário destacar que os marginalmente ativos representam cerca de 7% dos indivíduos classificados como fora da força de trabalho pela PME. Comparado ao desemprego, esse grupo corresponde a aproximadamente 50% no período estudado. Em relação à população entrevistada em idade ativa, os ocupados representam 63,4%, os desempregados 4,1% e os inativos 30,2%. Por fim, os marginalmente ativos representam a menor parcela, de 2,2% da população de chefes de família em idade ativa nas regiões metropolitanas (RMs).

A tabela 1 apresenta as estimativas das taxas de transição médias para o período. Vemos que a persistência mais alta encontra-se no emprego (EE), seguido pela inatividade (NN). A persistência dos marginalmente ativos é a mais baixa. Nota-se que eles possuem probabilidades muito similares de se localizarem em qualquer situação no mercado de trabalho, com um padrão marcadamente diferenciado dos outros, talvez com exceção dos desempregados, que também possuem a característica de ter uma chance maior de sair do desemprego do que de se manterem nele (UU).

TABELA 1

Matriz de transição para o período – RMs

Estado t	Estado $t + 1$			
	E	U	N	M
E	0,94	0,02	0,03	0,01
U	0,34	0,41	0,14	0,11
N	0,07	0,02	0,90	0,02
M	0,29	0,25	0,25	0,22

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME entre 2002 e 2007.

3.2 Aplicação dos testes de igualdade comportamental

Nesta subseção, são analisadas as transições no mercado de trabalho, conforme a metodologia desenvolvida por Flinn e Heckman (1983). Os autores indicam duas condições de equivalência para que o grupo dos marginalmente ativos possa ser considerado um estado idêntico, do ponto de vista comportamental, ao grupo dos desempregados. Isto é,

$$p_{ME} = p_{UE} \text{ e } p_{MU} = p_{UU}$$

Para os dados referentes ao Brasil metropolitano entre 2002 e 2007, conclui-se pela rejeição dessas condições. Apesar de a p_{UE} ser muito próxima à p_{ME} , esta última encontra-se, na maior parte do tempo, ligeiramente inferior à primeira. A transição entre U ou M para N também não apresenta igualdade. O número de pessoas que deixam a atividade na margem para a “real” inatividade é superior à mudança do desemprego para a inatividade.

A segunda condição indaga sobre a igualdade comportamental entre M e N , que ocorreria caso: $p_{ME} = p_{NE}$ e $p_{MU} = p_{NU}$. Essa condição também é rejeitada para os dados brasileiros. Tanto a p_{ME} quanto a p_{MU} estão bem afastadas da p_{NE} e da p_{NU} . Quando essas duas condições são rejeitadas é de se esperar que $p_{UE} > p_{ME} > p_{NE}$ e $p_{UU} > p_{MU} > p_{NU}$ e $p_{UN} < p_{MN} < p_{NN}$. Isso é exatamente o que ocorre no Brasil. Nota-se ainda que a diferença entre p_{ME} e p_{NE} é maior que a diferença entre p_{UE} e p_{ME} para ambos os sexos em todo o período analisado, sugerindo que o estado de marginalmente ativo está mais próximo do desemprego do que da “real” inatividade.

Um teste formal pode ser feito usando resultados assintóticos para probabilidades de matrizes de transição, como em Formby, Smith e Zheng (2004). Os autores generalizam os resultados básicos de desvios-padrão para proporções, disponíveis em livros de estatística, como, por exemplo, $V(p_{ME}) = p_{ME}(1-p_{ME})/n_{ME}$. Na tabela 2, apresentamos as estatísticas qui-quadrado e os valores-p para as hipóteses acima. Os resultados rejeitam a hipótese de que as transições das pessoas originalmente na condição de marginalmente ativos têm comportamento semelhante ao dos desempregados e inativos em todos os anos pesquisados. Vale a pena notar que as estatísticas de teste são maiores para a hipótese de semelhança entre marginalmente ativos e inativos do que para a hipótese de semelhança entre marginalmente ativos e desempregados, confirmando a evidência acima de que os marginalmente ativos são uma categoria diferente, mas mais próxima dos desempregados do que dos inativos.

TABELA 2

Testes de hipótese de igualdade das probabilidades de transição

Hipótese	2002	2003	2004	2005	2006
$p_{ME} = p_{UE}$ e $p_{MN} = p_{UN}$	37,18 (0,00)	43,02 (0,00)	30,26 (0,00)	27,50 (0,00)	67,69 (0,00)
$p_{ME} = p_{NE}$ e $p_{MU} = p_{NU}$	571,35 (0,00)	654,87 (0,00)	589,45 (0,00)	656,83 (0,00)	643,56 (0,00)

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME entre 2002 e 2007.

Nota: Estatísticas valor-p entre parênteses.

A análise da tabela anterior é complementada testando a igualdade das probabilidades condicionais às características observadas, evitando assim que a diferença estimada seja devida a efeitos composição, ou seja, à possibilidade de que as pessoas que fazem a transição UE tenham características observadas diferentes daquelas que fazem a transição ME .

Seguindo Flinn e Heckman (1983) e Jones e Riddle (1999), estimou-se um modelo *logit* multinomial das transições entre estados no mercado de trabalho para comparar o comportamento dos indivíduos originalmente na condição de marginalmente ativos com o dos desempregados e inativos. Foi estimado um modelo irrestrito, que inclui a variável *dummy* para as pessoas marginalmente ativos (M) e as interações das covariadas com essa

dummy, permitindo identificar os diferentes comportamentos das transições, primeiro para M e U e posteriormente para M e N (tabela A.2 do anexo). Note que se as probabilidades de transição (condicionais) entre ME e UE , por exemplo, forem iguais, os modelos restritos e irrestritos devem gerar os mesmos resultados. Assim, o teste de semelhança entre as probabilidades de transição a partir de marginalmente ativo e desempregado, condicionais às características, é um teste de significância dos coeficientes associados à origem em M (em relação à origem em U).

TABELA 3

Teste de razão de verossimilhança

Hipótese	Total
$p_{ME} = p_{UE}$ e $p_{MN} = p_{UN}$	103,49 (0,00)
$p_{ME} = p_{NE}$ e $p_{MU} = p_{NU}$	259,65 (0,00)

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME entre 2002 e 2007.

Nota: Estatísticas valor-p entre parênteses. Resultados de testes baseados nas tabelas A.2 do anexo.

O teste da razão de verossimilhança do modelo restrito *versus* modelo irrestrito permite avaliar se o comportamento das transições dos marginalmente ativos é semelhante ao dos desempregados ou ao dos inativos. De acordo com os resultados do teste da razão de verossimilhança e dos valores-p apresentados na tabela 3, a hipótese nula (de que não existe diferença nas transições) é rejeitada, indicando que as pessoas originalmente em M têm um comportamento distinto daquelas em U ou N . Isso sugere que a classificação em quatro categorias retrata melhor as condições de atividade e inatividade. Note ainda que esse resultado é mais forte para N , indicando que M está mais próximo de U do que de N , como visto na análise não condicional (tabela 2).

Em suma, M é um estado intermediário, com um nível de proximidade em relação à atividade superior à inatividade, ainda que inferior a desempregado. Logo, a divisão a partir de quatro categorias de estados do mercado de trabalho seria mais adequada à realidade.

4 CONCLUSÃO

O objetivo desta nota foi examinar a validade dos métodos correntes de distinção entre o desemprego e a inatividade. A principal descoberta foi que os marginalmente ativos e os “realmente” inativos são categorias do mercado de trabalho distintas, assim como o desemprego e a “real” inatividade. Um segundo resultado do estudo mostra que os marginalmente ativos estão mais próximos do estado de desemprego do que da outra inatividade.

REFERÊNCIAS

- FLINN, C. J.; HECKMAN, J. J. Are unemployment and out of the labor market behaviorally distinct labor force states? *Journal of Labor Economics*, v. 1, n. 1, 1983.
- FORMBY, J.; SMITH, J.; ZHENG, B. Mobility measurement, transition matrices and statistical inference. *Journal of Econometrics*, v. 120, n. 1, p. 181-205, May 2004.
- IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego (PME)*, 2002 a 2007.
- JONES, S. R. G.; RIDDELL, W. C. The measurement of unemployment: an empirical approach. *Econometrica*, v. 67, n. 1, p. 147-162, Jan. 1999.

ANEXO

TABELA A.1

Taxas de transição (%) entre emprego (E), desemprego (U), "real" inatividade (N) e atividade na margem (M) entre o 1º trimestre de 2002 e o 1º trimestre de 2007

	1º tri./02	2º tri./02	3º tri./02	4º tri./02	1º tri./03	2º tri./03	3º tri./03	4º tri./03	1º tri./04	2º tri./04	3º tri./04	4º tri./04	1º tri./05	2º tri./05	3º tri./05	4º tri./05	1º tri./06	2º tri./06	3º tri./06	4º tri./06	1º tri./07
Transição para o emprego																					
EE	92,89	93,33	94,94	92,90	92,92	93,74	94,06	94,09	94,43	93,59	94,27	93,95	94,64	94,37	94,85	94,22	93,46	93,79	94,00	93,88	94,40
UE	37,89	35,88	31,66	34,27	37,57	32,58	32,66	33,06	34,83	30,02	36,84	28,96	35,88	32,93	27,98	27,22	32,57	36,46	36,45	40,76	33,77
NE	6,91	6,62	6,22	9,69	7,29	6,35	6,57	5,96	6,87	8,26	6,82	5,79	6,66	6,36	6,06	5,19	6,48	7,30	7,25	6,02	6,68
ME	26,32	22,11	26,32	28,50	29,56	31,28	26,04	27,00	26,80	32,14	25,37	26,37	32,99	25,22	23,64	28,50	31,28	35,35	34,31	32,46	26,51
Transição para o desemprego																					
EU	2,15	1,96	1,36	2,46	2,45	2,37	1,88	2,02	1,86	2,14	1,24	1,56	1,18	1,27	1,09	1,53	2,11	1,47	1,24	1,39	1,45
UU	38,67	39,05	39,70	37,69	40,54	46,74	47,09	44,35	40,05	39,23	39,47	37,98	39,69	42,07	44,88	45,27	39,71	40,88	40,89	38,54	42,15
NU	2,10	2,66	2,22	2,60	2,04	2,30	2,18	2,09	2,52	1,79	2,16	1,54	1,73	1,97	2,03	1,89	1,74	1,84	1,60	1,31	1,47
MU	23,68	30,65	23,92	29,53	29,56	20,67	30,77	27,00	27,84	26,02	21,95	24,73	19,59	33,04	22,73	23,50	25,13	20,71	17,65	18,32	20,00
Transição para a "real" inatividade																					
EN	3,93	3,45	2,92	3,77	3,46	2,94	3,10	2,94	2,85	3,42	3,45	3,41	3,34	3,44	3,00	3,23	3,65	3,57	3,83	3,62	3,25
UN	12,11	15,04	14,82	18,38	14,32	11,01	12,15	12,10	15,88	15,98	13,68	19,67	15,78	14,33	12,74	14,20	16,57	12,15	12,07	10,83	15,71
NN	89,14	88,78	89,75	85,36	88,37	90,04	89,74	90,19	89,05	88,01	88,82	91,00	90,68	90,14	90,54	91,34	89,55	89,30	89,58	91,30	90,63
MN	27,37	22,11	27,75	23,32	22,17	29,05	20,71	23,50	30,93	23,47	24,39	26,37	24,74	19,57	27,27	22,00	28,72	25,25	27,45	28,80	29,77
Transição para atividade na margem																					
EM	1,03	1,26	0,79	0,87	1,17	0,94	0,96	0,96	0,87	0,86	1,03	1,08	0,84	0,93	1,06	1,02	0,78	1,17	0,93	1,10	0,89
UM	11,33	10,03	13,82	9,66	7,57	9,66	8,10	10,48	9,24	14,77	10,00	13,39	8,65	10,67	14,40	13,31	11,14	10,50	10,59	9,87	8,38
NM	1,85	1,94	1,82	2,35	2,29	1,31	1,50	1,76	1,56	1,94	2,20	1,68	0,93	1,53	1,37	1,57	2,24	1,56	1,56	1,37	1,22
MM	22,63	25,13	22,01	18,65	18,72	18,99	22,49	22,50	14,43	18,37	28,29	22,53	22,68	22,17	26,36	26,00	14,87	18,69	20,59	20,42	23,72

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME entre 2002 e 2007.

TABELA A.2

Probabilidades de transição condicional para E ou N, vindo de U ou/e probabilidades de transição condicional para E ou U, vindo de N ou M – estimação multinomial *logit* irrestrita e restrita

Coeficientes	Total		Coeficientes	Total	
	Modelo irrestrito	Modelo restrito		Modelo irrestrito	Modelo restrito
vdae2	-0,130 (0,206)	0,0407 (0,152)	vdae2	-0,0609 (0,168)	-0,0910 (0,130)
vdae3	-0,306 (0,183)	-0,0993 (0,135)	vdae3	-0,0249 (0,145)	-0,0971 (0,113)
vdae4	-0,0905 (0,192)	0,0351 (0,142)	vdae4	0,101 (0,159)	0,0566 (0,122)
vdae5	-0,0296 (0,188)	0,147 (0,139)	vdae5	0,201 (0,151)	0,203 (0,117)
fem	1,259 (0,0779)	1,308 (0,0593)	mulher	0,0970 (0,0713)	0,146 (0,0533)
branco	-0,129 (0,0781)	-0,0355 (0,0591)	branco	-0,264 (0,0718)	-0,263 (0,0547)
age	-0,148 (0,0228)	-0,140 (0,0169)	idade	-0,00570 (0,0165)	0,0275 (0,0132)
age2	0,232 (0,0273)	0,225 (0,0202)	idade2	-0,0450 (0,0184)	-0,0793 (0,0150)
M	-0,584 (0,728)		M	0,0690 (0,640)	
vdae2_M	0,401 (0,307)		vdae2_M	0,0232 (0,278)	
vdae3_M	0,466 (0,271)		vdae3_M	-0,115 (0,240)	
vdae4_M	0,311 (0,286)		vdae4_M	-0,0978 (0,257)	
vdae5_M	0,457 (0,280)		vdae5_M	0,0391 (0,249)	
fem_M	0,0233 (0,122)		fem_M	0,390 (0,112)	
branco_M	0,250 (0,121)		branco_M	0,101 (0,114)	
age_M	0,0316 (0,0341)		age_M	-0,0138 (0,0296)	
age2_M	-0,0365 (0,0407)		age2_M	0,0630 (0,0352)	
Constant	0,698 (0,487)	0,505 (0,360)	Constant	0,0928 (0,385)	-0,371 (0,296)
Observations	6115	6115	Observations	7363	7363
R ²	,	,	R ²	,	,
Log Lik	-3484	-3536	Log Lik	-4065	-4195

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME entre 2002 e 2007.

Nota: Desvio-padrão entre parênteses.

MOBILIDADE DE EMPREGO ENTRE OS JOVENS NO BRASIL

Letícia S. G. Albuquerque*

1 INTRODUÇÃO

Uma característica marcante dos jovens no mercado de trabalho é sua elevada rotatividade de emprego. Se, de um lado, isso pode ser encarado como uma fragilidade devido aos efeitos negativos que as numerosas mudanças de emprego causam sobre os salários e as futuras contratações, por outro, também pode ser visto como um processo natural dos jovens em busca de seu lugar no mundo do trabalho. Os jovens entrantes se deparam com aproximadamente 35 anos de trabalho pela frente¹ e raramente esses indivíduos passam toda a sua vida trabalhando no mesmo emprego.

Nesse contexto, pode-se afirmar que há um longo debate na literatura a respeito dos efeitos da rotatividade sobre os salários. Alguns autores afirmam a existência de uma relação negativa entre esses dois fatores, em que a mudança de emprego é encarada como prejudicial e incorre em perdas salariais dos trabalhadores (BLUMEN; KOOGAN; MCCARTHY, 1955). Já outros autores defendem uma relação positiva, em especial no início da carreira, em que a mobilidade de emprego dos jovens refletiria ascensão profissional (BURDETT, 1978).

Esta nota técnica pretende estimar se a rotatividade de emprego entre os jovens brasileiros afeta seus salários, e, caso essa hipótese se confirme, se esse efeito é positivo ou negativo. Além desta introdução, ela conta com mais três seções. A segunda descreve a metodologia e a fonte de dados. A terceira apresenta os principais resultados e a última conclui.

2 DADOS E METODOLOGIA

2.1 Fonte de dados

A base de dados utilizada é a Raismigração Painel (Raismigra – Painel) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ela é uma base longitudinal construída a partir da consolidação da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) ao longo de determinado período. Esta, por sua vez, consiste na consolidação de registros administrativos de todos os estabelecimentos formais do país, que, anualmente, são obrigados a responder um questionário sobre seus empregados e enviar ao MTE. Sendo assim, a Rais consiste num censo a respeito do emprego formal brasileiro.

Apesar de baseada na Rais, que está organizada por ano de referência da declaração, a Raismigra acompanha os trabalhadores através de seu Programa de Integração Social (PIS),² possibilitando análise das admissões e desligamentos no setor formal e, por conseguinte, da mobilidade de emprego. Ela contém informações da Rais convencional sobre os estabelecimentos, como setor de atividade, tamanho da empresa (segundo número de empregados),

* Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1. No Brasil, a aposentadoria por tempo de serviço corresponde a 30 e 35 anos de contribuição para mulheres e homens, respectivamente.

2. Cada trabalhador é obrigado a se cadastrar no programa, recebendo um número de inscrição.

bem como dados sobre o perfil dos trabalhadores, como gênero, idade, escolaridade, remuneração, ocupação etc.³

Há ainda informações que se referem ao vínculo do trabalhador. O tipo de vínculo, se o trabalhador possuía vínculo ativo em 31 de dezembro do ano de referência, se mudou de vínculo em relação ao ano anterior, o mês em que ocorreu a admissão, o desligamento e o tempo de vínculo com a firma. E ainda a variável mais importante, que é a quantidade de desligamentos no ano, assim como a quantidade acumulada de desligamentos durante determinado período, que será a variável associada à rotatividade.

Os dados abrangem todo o território brasileiro no período compreendido entre os anos de 1996 e 2005. Serão selecionados os jovens de 18 a 24 anos de idade que entraram no mercado formal de trabalho (ou seja, obtiveram seu primeiro emprego formal) em 1996 na indústria de transformação. O número total de jovens a ser analisado é de 135.752.

2.2 Metodologia

Como descrito na subseção 2.1, o efeito da rotatividade sobre os salários é um tema controverso. Para alguns autores, a mobilidade exerce influência negativa sobre os ganhos dos trabalhadores, enquanto outras linhas teóricas defendem o oposto, pois a rotatividade refletiria a tendência de ascensão do jovem no mundo do trabalho.

Em particular, afirma-se que características individuais não-observáveis fixas no tempo (como gosto pelo risco, ambição, entre outras) determinam a propensão à instabilidade e à baixa produtividade que, por sua vez, levariam a seguidas mudanças de emprego e baixos salários. Com isso, utilizando um modelo econométrico capaz de controlar tais características, a rotatividade não exerceria qualquer efeito sobre os salários. Pretende-se testar esta hipótese e, além disso, caso ela seja refutada, calcular a direção da influência da mobilidade sobre os rendimentos.

Um método que atende ao objetivo é o modelo de efeito fixo, capaz de isolar as características individuais não observáveis que não variam no tempo e revelar se a mobilidade de emprego tem influência sobre os rendimentos (WOOLDRIDGE, 2002). Sendo assim, o modelo é:

$$\ln w_{it} = \alpha + c_i + \beta X_{it} + \gamma Z_{it} + \delta_t + \varepsilon_{it}$$

O subscrito i identifica cada trabalhador e o t cada ano.

$\ln w_{it}$ – logaritmo natural da renda (salário de dezembro).

α – termo constante.

c_i – características individuais não observáveis fixas no tempo.

βX_{it} – tempo de emprego, quantidade de admissões no ano, idade, escolaridade, tamanho do estabelecimento, setor de atividade, ocupação.

γZ_{it} – rotatividade (quantidade acumulada de desligamentos até o ano desejado).

δ_t – *dummies* de ano.

ε_{it} – termo de erro aleatório.

3. Vale lembrar que há disponível ainda o “motivo do desligamento”, o que possibilitaria uma análise considerando saídas voluntárias e involuntárias. Entretanto, este dado é pouco confiável, pois frequentemente empregados e firmas entram em acordo de maneira informal. A informação prestada pelo empregador não contemplaria tal acordo, gerando um erro de medida na análise.

3 RESULTADOS

Os resultados da tabela 1 mostram que o coeficiente referente à rotatividade (número de desligamentos acumulados até o ano) é estatisticamente significativo ao nível de 1% e é positivo. Diante disso, parece que a rotatividade no início da carreira dos jovens está associada a um efeito positivo sobre os salários, refletindo ascensão profissional.

TABELA 1

Resultado do modelo de efeitos fixos, variável dependente: Ln salário

Ln_salário	Efeito fixo	
	Coeficiente	Erro-padrão
_cons	5,440*	0,182
deslig_acum	0,025*	0,001
Qtadm	-0,040*	0,001
tempempr	0,002*	0,000
Idade	-0,002	0,009
Masculino	(excluída)	
4a série incompleta	(excluída)	
4a série completa	0,012*	0,003
8a série completa	0,012*	0,003
2o grau completo	0,061*	0,003
Superior completo	0,300*	0,006
Micro	(excluída)	
Pequeno	0,088*	0,002
Médio	0,182*	0,002
Grande	0,240*	0,002
Indústria	(excluída)	
Extrativa mineral	0,128*	0,011
Serviço de utilidade pública	0,094*	0,010
Construção civil	0,020*	0,004
Comércio	0,007*	0,002
Serviço	-0,034*	0,002
Administração pública	-0,112*	0,005
Agricultura	-0,001	0,004
Produção industrial	(excluída)	
Científica	0,064*	0,003
Administrativa	-0,032*	0,002
Comércio/serviços	-0,047*	0,002
Agropecuária	-0,109*	0,004
Legislativa	0,158*	0,005
1996	(excluída)	
1997	0,125*	0,009
1998	0,186*	0,018
1999	0,253*	0,027
2000	0,357*	0,036
2001	0,467*	0,045
2002	0,573*	0,054
2003	0,716*	0,062
2004	0,813*	0,071
2005	0,900*	0,080

Fonte: Albuquerque (2008).

Nota: *significativo a 1%.

A variável idade não possui significância estatística, bem como a *dummy* do setor agricultura. Em oposição, o sinal da quantidade de admissões no ano é negativo. Isso talvez seja

reflexo de que muitas admissões num curto período de tempo (um ano) sejam encaradas de forma negativa, gerando salários pagos em readmissões inferiores ao salário do emprego anterior.

O tempo de emprego também é positivo, indicando que trabalhadores com mais experiência no emprego tendem a ter salários maiores, porém seu efeito é baixo (0,002).

É interessante observar a relação entre essas variáveis. Por exemplo, se um indivíduo é admitido pela primeira vez, mas posteriormente troca de emprego, terminando o segundo ano de carreira com uma admissão no ano e um desligamento acumulado e com seis meses de experiência no emprego corrente, tais mudanças afetam em média negativamente os salários (-0,002). Porém, se um trabalhador efetua esta troca de emprego anteriormente, terminando o segundo ano de carreira com um desligamento acumulado, mas sem admissões e com 12 meses de experiência, o efeito sobre os salários é, em média, positivo (0,032).

Analisando os dez anos iniciais de carreira, aqueles indivíduos que não sofreram nenhum desligamento durante o período e acumularam uma experiência de 110 meses no vínculo sofrem um efeito em média positivo sobre os salários (0,234). Um trabalhador que tenha sofrido seis desligamentos durante este período, mas que nos últimos anos se manteve estável no mesmo emprego por um período de 40 meses também tem um efeito positivo e ainda maior (0,235). Se um jovem sofreu três desligamentos ao longo do período de análise e foi readmitido no último ano, acumulando no emprego corrente três meses de experiência, o efeito sobre seu salário é positivo, porém muito menor (0,041), talvez devido ao fato de ainda estar pouco tempo no emprego.

Em termos de grau de instrução, curiosamente, as categorias de 4ª série completa e 8ª série completa apresentam o mesmo coeficiente (0,012). Isso mostra que quando comparado ao grupo dos indivíduos com 4ª série incompleta, o aumento de escolaridade para a 4ª série completa ou 8ª série completa parece ter o mesmo efeito sobre os salários.

Os resultados mostram que os salários tendem a ser mais elevados quando as empresas são maiores. Para aqueles empregados que se dirigiram para as empresas de grande porte, o salário aumentou em 24% em comparação àqueles que foram para as microempresas.

Quanto ao setor de atividade, registra-se que os trabalhadores que mais se beneficiaram em termos salariais foram aqueles que migraram para a extrativa mineral. Os migrantes que se dirigiram para serviços de utilidade pública também ganharam em termos reais, enquanto as migrações para a administração pública, a agricultura o setor de serviços geraram perdas salariais. Os indivíduos que passaram a trabalhar na construção civil aumentaram seus ganhos em 2% em comparação àqueles que permaneceram na indústria.

Tratando-se de mobilidade ocupacional, verifica-se que aqueles que passaram para a categoria científica e para a Legislativa observaram aumento de rendimento em relação àqueles que não mudaram. Aqueles que migraram para agropecuária e administrativa obtiveram perdas, porém o pior resultado foi registrado para aqueles que se dirigiram a de comércio/serviços.

Os coeficientes positivos e crescentes das *dummies* de ano mostram que houve elevação da renda real ao longo do tempo. Com todos os controles descritos, um trabalhador ganhava em média um salário 87% mais elevado em 2005 do que em 1996.

TABELA 2

Modelo com categoria referente à quantidade quadrática de desligamentos acumulados

In_salário	Coefficiente	Std. Err.
_cons	5,431*	0,182
deslig_acum	0,047*	0,001
deslig_acum^2	-0,002*	0,000
qtadm	-0,041*	0,001
tempempr	0,002*	0,000
idade	-0,002	0,009
Masculino	(excluída)	
4a série incompleta	(excluída)	
4a série completa	0,013*	0,003
8a série completa	0,012*	0,003
2o grau completo	0,061*	0,003
Superior completo	0,298*	0,006
Micro	(excluída)	
Pequeno	0,087*	0,002
Médio	0,182*	0,002
Grande	0,24*	0,002
Indústria	(excluída)	
Extrativa mineral	0,125*	0,011
Serviço de utilidade pública	0,090*	0,010
Construção civil	0,018*	0,004
Comércio	0,005**	0,002
Serviço	-0,036*	0,002
Administração pública	-0,114*	0,005
Agricultura	-0,003	0,004
Produção industrial	(excluída)	
Científica	0,063*	0,003
Administrativa	-0,032*	0,002
Comércio/serviços	-0,048*	0,002
Agropecuária	-0,109*	0,004
Legislativa	0,157*	0,005
1996	(excluída)	
1997	0,116*	0,009
1998	0,170*	0,018
1999	0,231*	0,027
2000	0,33*	0,036
2001	0,435*	0,045
2002	0,537*	0,053
2003	0,677*	0,062
2004	0,771*	0,071
2005	0,855*	0,080

Fonte: Albuquerque (2008).

Nota: *significativo a 1% e **significativo a 5%.

Mais um modelo testado alterou a variável referente à rotatividade, agora inserindo a quantidade acumulada de desligamentos ao quadrado, a fim de investigar se os retornos da rotatividade são crescentes, ou seja, se este efeito positivo tende a aumentar à medida que aumenta a quantidade de desligamentos. A hipótese a ser testada é que os retornos salariais decorrentes da rotatividade seriam positivos, mas a partir de determinado ponto seriam decrescentes. A tabela 2 apresenta os resultados. De fato, o coeficiente corrobora a hipótese, pois o coeficiente da rotatividade ao quadrado é negativo, revelando que apesar de o efeito ser positivo, ele é decrescente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande variedade de proposições sobre o tema leva a diferentes hipóteses e resultados. Algumas correntes afirmam que a rotatividade exerce um impacto negativo sobre o retorno do trabalhador, pois seria reflexo de sua maior instabilidade e menor produtividade, ou ainda devido ao reduzido investimento em treinamento realizado pelo empregador. De outro lado, há correntes que defendem o oposto, que a rotatividade traduziria a ascensão profissional, já que os jovens à medida que se tornam mais experientes, recebem treinamentos, conhecem melhor o mercado e assim tendem a alcançar melhores empregos.

Entre os resultados alcançados, destaca-se a rejeição da hipótese que afirma que indivíduos mais instáveis, devido a sua natureza psicológica, tendem a ser menos produtivos e a receber menores salários. Num modelo econométrico, se tais características forem controladas, a mobilidade não exerceria influência sobre os salários. Porém, o modelo adotado controlou as características individuais não observáveis e chegou ao resultado de que não só há um efeito, mas ele é positivo. A rotatividade e os rendimentos estão associados positivamente.

O aumento da escolaridade gera ganhos de rendimento ao longo da carreira profissional. Entretanto, em comparação com os jovens com a 4ª série incompleta, os ganhos daqueles que completaram a 4ª série e a 8ª série são semelhantes. Os migrantes que se dirigiram para o setor de atividade extrativa mineral foram aqueles que mais ganharam, enquanto os que mais perderam foram os que migraram para a agricultura.

Foi visto ainda que, apesar de positivos, os retornos da rotatividade são decrescentes. Dessa forma, os jovens que mudam de emprego tendem a ter ganhos salariais, mas tais ganhos são decrescentes à medida que a quantidade de desligamentos aumenta.

Com tudo isso, nossos resultados apontam para uma relação positiva entre rotatividade de emprego e salários dos jovens, porém, embora haja ganhos, estes são decrescentes.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, L. S. G. *Mobilidade de emprego entre os jovens brasileiros*. 58f. Dissertação (Mestrado em Economia) –Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- BURDETT, K. A theory of employee job search and quit rates. *American Economic Review*, v. 68, n. 1, p. 212-220, 1978.
- BLUMEN, I.; KOOGAN, M.; MCCARTHY, P. J. *The industrial mobility of labor as a probability process*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1955.
- WOOLDRIDGE, J. *Econometric analysis of cross section and panel data*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2002.

OS EFEITOS DA MIGRAÇÃO SOBRE OS SALÁRIOS E O PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DOS TRABALHADORES NO BRASIL *

Ricardo da Silva Freguglia**

1 INTRODUÇÃO

Os efeitos da migração sobre os salários na região de destino dependem essencialmente de como a distribuição de habilidades dos migrantes pode ser comparada à distribuição de habilidades da população não-migrante. Um resultado central da literatura sobre o assunto é que os migrantes não são uma amostra aleatória da população das regiões de origem (CHISWICK, 1978; BORJAS, 1985, 1987). Nesse sentido, usando dados em painel provenientes dos registros da Relação Anual de Informações Sociais (Raismigra)¹ entre 1995 e 2002, este artigo tem como objetivo estimar os impactos da migração e do tempo de permanência no destino sobre os diferenciais salariais, com ênfase na autosseleção e no ajustamento dos migrantes.

Especificamente, diante da possibilidade de acompanhamento dos indivíduos em sua trajetória temporal no mercado de trabalho entre os diferentes estados, com informação sobre o salário dos trabalhadores antes e depois da migração, emprega-se o método de efeitos fixos individuais para o controle do viés de autosseleção. Em um primeiro momento, são investigados os efeitos da migração sobre os salários. Em seguida, busca-se mensurar o ajustamento econômico do migrante, estimando o efeito da assimilação sobre os rendimentos. A principal contribuição deste estudo, portanto, consiste em avaliar as variações salariais dos migrantes na região de destino. Vale ressaltar que, no caso da migração interna no Brasil, São Paulo é o estado que, historicamente, absorve o maior contingente de migrantes. Nesse sentido, a investigação será conduzida com foco no mercado de trabalho desse estado.

Nesta literatura, o estudo inicial de Sjaastad (1962) se destaca como a base neoclássica para a análise de migração. Os diferenciais de salário são considerados como o principal fator capaz de influenciar a migração e a mobilidade de trabalhadores é vista como um meio de acabar com as desigualdades de emprego e renda entre as regiões. No entanto, os migrantes não são uma amostra aleatória da população das regiões de origem. Como os ganhos obtidos com a migração dependem de escolhas locais que, por sua vez, dependem das expectativas dos indivíduos sobre os diferenciais salariais, o aumento nos rendimentos atribuídos à migração pode, na verdade, refletir uma falha do pesquisador em não considerar as características produtivas não-observadas dos trabalhadores. Neste sentido, o entendimento dos diferenciais de habilidade entre migrantes e não-migrantes deve considerar a análise dos fatores que motivam somente algumas pessoas na região de origem a migrar para outra região em particular.

* Uma versão mais completa deste artigo foi apresentada no Latin American Meeting of the Econometric Society (LAMES), 2008, e no XXXVI Encontro Nacional de Economia da Anpec, 2008.

** Professor Adjunto da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da UFJF.

1. Base de dados derivada do registro administrativo da Rais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

No contexto dos países desenvolvidos, os determinantes e a seletividade da migração têm sido estudados para várias regiões. No caso dos países em desenvolvimento, onde em geral a desigualdade de renda é mais elevada em comparação à dos países desenvolvidos, a busca de explicações sobre a persistência dos diferenciais ganha relevância. Por ser um país de grande diversidade econômica e social, a migração interna é um fenômeno bastante significativo no Brasil (FIESS; VERNER, 2003; SANTOS JÚNIOR, 2002).

Tendo em vista que os fluxos de trabalho entre os mercados são um componente central em qualquer discussão sobre o equilíbrio desses mercados, uma breve reflexão sobre o contexto da migração no Brasil, em particular no Estado de São Paulo, nos leva às seguintes questões: qual a magnitude dos diferenciais salariais entre migrantes e não-migrantes do Estado de São Paulo após o controle pela autosseleção? Quais os impactos da assimilação sobre o salário relativo desses trabalhadores? Esses são os pontos centrais que motivam o desenvolvimento deste artigo, cuja principal contribuição para a literatura consiste na inclusão da abordagem de efeitos fixos na análise da seleção e ajustamento econômico dos migrantes no Estado de São Paulo.

Este trabalho está organizado em quatro seções além desta introdução. Na seção 2, apresentam-se a base de dados e as variáveis utilizadas. A seção 3 aborda a estratégia empírica. Na seção 4, apresentam-se os resultados das estimativas dos retornos à migração considerando as características observadas, não-observadas e a assimilação dos migrantes em São Paulo. Por fim, conclui-se o artigo na seção 5.

2 DADOS E VARIÁVEIS UTILIZADAS

Os dados utilizados são provenientes do amplo painel de trabalhadores da Raismigra, cobrindo oito anos (1995-2002). A principal característica desses dados está relacionada à possibilidade de acompanhamento dos mesmos trabalhadores ao longo dos anos, permitindo a identificação do salário dos indivíduos antes e depois da migração. Diante do grande número de registros (indivíduos) da base, gerou-se uma amostra aleatória de 1% do total. O banco de dados foi construído de modo a acompanhar a trajetória profissional dos indivíduos que estiveram no Estado de São Paulo em pelo menos um dos anos do painel.

A análise da estrutura salarial conduzida neste artigo considera como variável dependente os salários deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Este deflacionamento, porém, pode não ser suficiente para captar as variações de custo de vida existentes entre os estados brasileiros. São Paulo e o Distrito Federal, por exemplo, possuem um custo de vida aproximadamente 28% maior que o de Fortaleza e Recife. Por isso, esses salários são também corrigidos pelo Índice de Custo de Vida (ICV).²

As variáveis independentes consideram as 27 unidades federativas do Brasil, os oito setores da economia, classificados segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e seis categorias ocupacionais criadas com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). As demais variáveis independentes são idade, experiência, gênero e nove *dummies* educacionais, conforme a classificação do MTE (tabela 1). A amostra é constituída por trabalhadores entre as idades de 14 e 65 anos, com renda mensal positiva. Essa renda é o salário em dezembro do ano corrente do trabalhador.

2. O ICV utilizado foi calculado por Azzoni, Carmo e Menezes (2003).

TABELA 1

Definição das variáveis e estatísticas básicas: painel não-balanceado

	Migrantes			Não-migrantes		
	Número	Média	Desvio-padrão	Número	Média	Desvio-padrão
Variável dependente						
Log da renda	7.453	7,00	0,99	255.298	6,84	0,83
Variáveis independentes						
Idade	7.453	34,56	8,50	255.298	36,01	9,54
Experiência	7.453	39,12	56,71	255.298	76,92	72,81
Sexo						
Feminino	1.491	20,01	-	90.874	35,60	-
Masculino	5.962	79,99	-	164.424	64,40	-
Total	7.453	100,00	-	255.298	100,00	-
Educação						
Analfabeto	81	1,09	-	3.050	1,19	-
1ª etapa fundamental incompleta	540	7,25	-	17.405	6,82	-
1ª etapa fundamental	824	11,06	-	33.517	13,13	-
2ª etapa fundamental incompleta	913	12,25	-	34.843	13,65	-
2ª etapa fundamental	1.122	15,05	-	42.908	16,81	-
Ensino médio incompleto	452	6,06	-	18.373	7,20	-
Ensino médio	1.718	23,05	-	54.902	21,51	-
Superior incompleto	500	6,71	-	12.343	4,83	-
Superior	1.303	17,48	-	37.957	14,87	-
Total	7.453	100,00	-	255.298	100,00	-
Setor						
Administração pública	197	2,64	-	51.392	20,13	-
Agropecuária	279	3,74	-	10.507	4,12	-
Comércio	858	11,51	-	31.247	12,24	-
Construção civil	887	11,90	-	8.129	3,18	-
Extrativa mineral	14	0,19	-	535	0,21	-
Indústria de transformação	1.589	21,32	-	66.728	26,14	-
Siup	55	0,74	-	3.471	1,36	-
Serviços	3.574	47,95	-	83.289	32,62	-
Total	7.453	100,00	-	255.298	100,00	-
Ocupação						
Científica/técnica/artística	1.012	13,58	-	39.860	15,61	-
Leg./Exec./Judic./func. pub./diretores	488	6,55	-	7.470	2,93	-
Administrativa	1.343	18,02	-	60.522	23,71	-
Com. e serv. tur./higiene/embelezamento	1.703	22,85	-	56.463	22,12	-
Agropec./florestais/pesca	277	3,72	-	9.857	3,86	-
Prod. ind./oper. máq./cond. veículos	2.630	35,29	-	81.126	31,78	-
Total	7.453	100,00	-	255.298	100,00	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Raismigra-MTE (1995-2002).

3 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

O procedimento da maioria dos estudos econométricos da literatura sobre análise das decisões de migração (BORJAS, 1987; CHISWICK, 1978) tem como ponto de partida a equação de rendimentos minceriana (MINCER, 1974):

$$Y_{it} = X_{it}\beta_t + \delta_t M_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

onde:

Y_{it} : log do salário do indivíduo i na *cross-section* observada no período t ($t = 1995, \dots, 2002$);

X_{it} : vetor de características socioeconômicas;

M_{it} : *dummy* de migração (1 se migrante; 0 se não-migrante); e

δ_t : diferencial do log dos salários entre migrantes e não-migrantes.

A forma funcional dessas regressões tem como variável dependente o logaritmo da renda e como variáveis de controle a idade, idade ao quadrado, experiência, experiência ao quadrado, *dummies* de grau de instrução, setor, ocupação, ano e *dummy* de gênero, todas subsumidas no vetor X ; δ são os diferenciais de renda associados aos migrantes (M_i); θ e λ representam os diferenciais de renda relacionados aos anos após a migração (YSM_i e YSM_i^2), T_t são as *dummies* de tempo e ε_i é o termo de erro aleatório, com variância σ_ε^2 . Para lidar com o problema de endogeneidade, pode-se incluir um efeito fixo, c_i , na regressão. A hipótese de identificação do modelo requer que $E(\varepsilon_i | c_i, M_i, YSM_i) = 0$, ou seja, que toda a correlação entre M_i e YSM_i e ε_i seja captada por uma covariada, que não varia entre períodos.³ Seguindo o modelo convencional em que a curva de assimilação de ganhos é quadrática em YSM , tem-se:

$$Y_{it} = \alpha + \beta X_{it} + \delta M_{it} + \theta YSM_{it} - \lambda YSM_{it}^2 + c_i + T_t + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Em um primeiro momento, são investigados os efeitos da migração sobre os salários. Posteriormente, busca-se mensurar o ajustamento econômico do migrante, estimando o efeito da assimilação sobre os rendimentos.

4 RESULTADOS

Os principais resultados encontrados indicam a presença de viés de variável omitida nas regressões de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), decorrente da autosseleção dos migrantes. Nas estimativas dos salários relativos, o coeficiente estimado por MQO é +0,114, ao passo que, com o controle dos efeitos fixos, o coeficiente muda de sinal, passando a -0,016. Assim, a aparente vantagem salarial que os migrantes apresentam em relação aos não-migrantes nas regressões de MQO deixa de existir quando se inclui o controle de habilidades não-observadas. O coeficiente negativo obtido na regressão de efeitos fixos evidencia a existência de perdas salariais para o migrante que se move para São Paulo, as quais podem estar associadas ao elevado custo de vida do estado paulista.

Na análise do ajustamento dos migrantes em São Paulo, as mesmas regressões, de MQO e efeitos fixos, são reestimadas com a inclusão da variável de anos após a migração e de sua forma quadrática. Os resultados podem ser observados no gráfico 1. Na curva de assimilação estimada com efeitos fixos, os custos iniciais que envolvem o processo de migração,

3. Como uma parte significativa dos trabalhadores se move para São Paulo, os coeficientes dos diferenciais salariais entre migrantes e não-migrantes podem ser identificados após a inclusão dos efeitos fixos.

neles inclusos o custo de vida, implicam uma queda de 2,9% nos rendimentos. O tempo de residência em São Paulo é uma variável importante na determinação dos rendimentos dos migrantes após a inclusão dos efeitos fixos individuais. Com um coeficiente positivo de 0,028 e sua forma quadrática sendo negativa ($-0,005$), constata-se a existência de uma curva de assimilação em forma de U invertido. Há convergência salarial em 1,4 ano após a migração, mas a ampliação dos ganhos dos migrantes ocorre a taxas decrescentes até um máximo de 3 anos.

TABELA 2

Diferenciais de renda entre migrantes e não-migrantes: painel não-balanceado

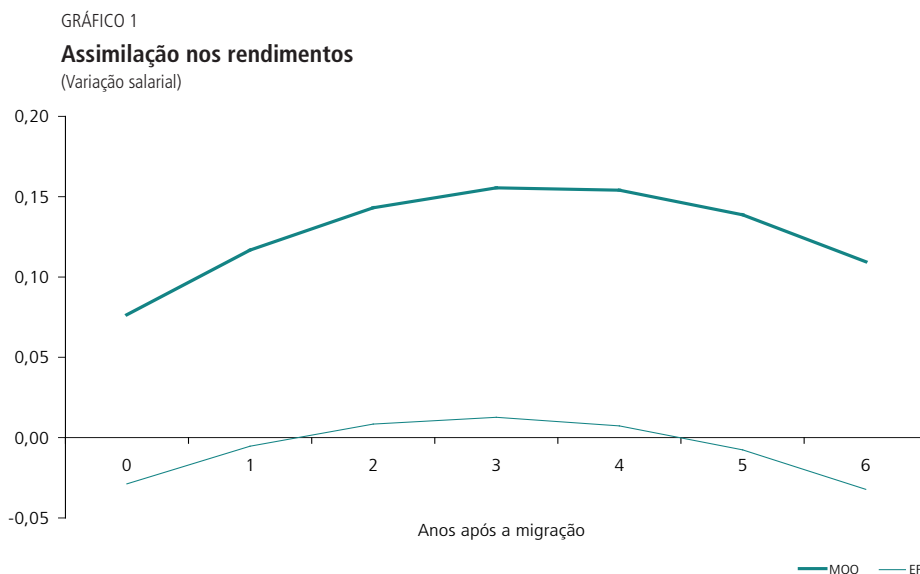
Variável dependente: logaritmo da renda real (corrigida pelo ICV)					
Variáveis independentes	(1) MQO	(2) MQO	(3) MQO	(4) EA	(5) EF
Migrante	0,143*** (0,12)	0,164*** (0,009)	0,114*** (0,008)	0,005 (0,006)	-0,016** (0,006)
Sexo		0,298*** (0,003)	0,341*** (0,003)	0,215*** (0,005)	...
Experiência		0,003*** (0,000)	0,003*** (0,000)	0,002*** (0,000)	0,002*** (0,000)
Experiência ²		-0,000 (0,000)	-0,000*** (0,000)	-0,000*** (0,000)	-0,000*** (0,000)
Idade		0,092*** (0,001)	0,077*** (0,001)	0,068*** (0,001)	...
Idade ²		-0,001*** (0,000)	-0,001*** (0,000)	-0,001*** (0,000)	...
Constante	6,869*** (0,004)	4,623*** (0,018)	4,754*** (0,017)	5,099*** (0,023)	6,852*** (0,005)
Dummies de educação	Não	Não	Sim	Sim	Não
Dummies de setor	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Dummies de ocupação	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Dummies de ano	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
R ²	0,0027	0,3554	0,4570	0,4383	0,1706
(within)				0,0422	0,0431
(between)				0,5142	0,2396
Teste-F	90,06	5817,76	6514,88	-	473,09
Breusch Pagan				$\chi^2(1) = 410,000$	
Hausman				$\chi^2(20) = 12.603,92$	
Número de observações	262.751	262.751	262.751	262.751	262.751
Número de indivíduos				42.140	42.140

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Raismigra-MTE (1995-2002).

Nota: Erro-padrão entre parênteses.

*** significativo a 1%.

** significativo a 5%.



Alguns testes de robustez foram realizados a partir da amostra selecionada. O objetivo central é verificar a existência de sucesso ou insucesso para determinados grupos de trabalhadores em termos dos retornos salariais. Assim, estimaram-se os diferenciais de rendimentos entre migrantes e não-migrantes testando a significância das diferenças salariais entre categorias selecionadas, como gênero, experiência antes de migrar, idade, escolaridade, região de origem, setor e ocupação.

Nas estimativas dos diferenciais de renda para migrantes segundo a experiência no vínculo empregatício do ano anterior à migração, os mais experientes foram definidos como sendo aqueles com tempo de emprego superior à mediana dos migrantes (18,5 meses). Enquanto as perdas dos menos experientes são de 4,1%, os mais experientes registram uma perda de apenas 1,6% em relação aos não-migrantes. Assim, a pouca experiência do migrante no momento anterior à migração é um importante fator capaz de explicar as perdas decorrentes da migração e que pode estar contribuindo para a ampliação da desigualdade e o aumento da pobreza.

Na subamostra que caracteriza os diferenciais salariais por idade, o retorno salarial dos jovens migrantes é maior que o dos mais velhos. Estes últimos têm rendimentos 8,3% inferiores aos dos não-migrantes e a diferença deles em relação aos mais jovens é estatisticamente significativa. As perdas são, portanto, bastante proeminentes para os mais idosos. Isso pode estar relacionado com o fato de os trabalhadores mais velhos terem um curto período para a obtenção dos retornos do investimento de migração. Esse fato pode contribuir para a formação de um grupo de risco entre os migrantes: a migração mais tardia provoca perdas mais elevadas para os trabalhadores, com maior probabilidade de insucessos.

Em outra subamostra, comparamos os diferenciais de renda entre migrantes e não-migrantes por faixas educacionais. Do total de migrantes, cerca de 85% se classificam em um nível de escolaridade abaixo do superior. Os resultados mostram que, em geral, há um grande contraste entre aqueles que possuem o ensino superior completo e aqueles que não o possuem. Enquanto os trabalhadores com a primeira etapa do ensino fundamental ou menos se deparam com uma perda de quase 5% em relação aos não-migrantes, os trabalhadores com ensino superior possuem ganhos na migração de 7%. Isso indica que há espaço para profissionais mais qualificados no mercado de trabalho formal de São Paulo.

No que se refere à região de origem, os resultados evidenciam que as maiores perdas de renda em relação aos não-migrantes ocorrem para os trabalhadores provenientes da própria região Sudeste (–5%), seguidos daqueles com origem na região Sul (–4%). Em contraste, os trabalhadores da região Nordeste apresentam retornos de +5,2% em relação aos não-migrantes. Tais efeitos estão relacionados com o salário real corrigido, que é menor no Nordeste do que em São Paulo. Ao migrar, o nordestino obtém ganhos reais de renda. As demais regiões (Centro-Oeste e Norte) não apresentam coeficientes estatisticamente significativos. Apenas as diferenças entre o Sudeste e o Nordeste são significativas, evidenciando, portanto, elevados diferenciais de custo de vida entre essas regiões que contribuem para os altos níveis de desigualdade de renda no país.

Outro ponto importante a ser analisado são os diferenciais de renda dos migrantes por setor. Os resultados encontrados mostram que as maiores perdas ocorrem para migrantes originários da indústria de transformação (–7%) e do setor de serviços (–5%). Por outro lado, os migrantes da agropecuária apresentam retornos positivos (+11%), bem como os migrantes do comércio (+6%). Os demais setores não apresentam coeficientes significativos.

Com relação às ocupações,⁴ as maiores perdas ocorrem nas ocupações de produtos industriais, operadores de máquinas (ocupação 6) e de comércio e serviços de turismo, higiene e limpeza (ocupação 4). Os ganhos, por sua vez, ocorrem nas ocupações agropecuárias, florestais e da pesca (ocupação 5), e científicas, técnicas e artísticas (ocupação 1). Não foram significativas as ocupações ligadas às demais ocupações. No teste F para significância das diferenças em relação à ocupação 6 (produtos industriais, operadores de máquinas e condutores de veículos), foram significativos os coeficientes das ocupações (5), (1) e (3).

As estimativas da regressão de efeitos fixos considerando a interação entre homens migrantes e mulheres migrantes como variável explicativa adicional podem evidenciar a existência de discriminação por gênero. Os resultados, contudo, não permitem concluir pela discriminação. Apesar de haver perdas de 3,4% para os homens, que representam 80% do total de migrantes, em relação aos não-migrantes, essa diferença é significativa (teste F) em relação às mulheres migrantes somente a 10% de significância estatística.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais resultados encontrados indicam a presença de viés de variável omitida nas regressões de MQO, decorrente da autosseleção dos migrantes. A aparente vantagem salarial que os migrantes apresentam em relação aos não-migrantes nas regressões de MQO deixa de existir quando se inclui o controle de habilidades não-observadas. O coeficiente negativo obtido na regressão de efeitos fixos evidencia a existência de perdas salariais para o trabalhador que migra para São Paulo.

Na análise do ajustamento dos migrantes em São Paulo, as evidências mostram que o tempo de residência em São Paulo é uma variável importante na determinação dos rendimentos dos migrantes após a inclusão dos efeitos fixos individuais. Há convergência salarial em 1,4 ano após a migração.

Vale ressaltar que alguns grupos destacam-se na migração bem-sucedida. Os trabalhadores com ensino superior encontram espaço no mercado de trabalho paulista, com ganhos

4. Ocupação (1) científica, técnica e artística; ocupação (2) Legislativo, Executivo, Judiciário, funcionários públicos e diretores; ocupação (3) administrativa; ocupação (4) comércio e serviços de turismo, higiene e limpeza; ocupação (5) agropecuária, florestal e pesca; ocupação (6) produtos industriais, operadores de máquinas e condutores de veículos.

em torno de 7% em relação aos não-migrantes. Outros ganhos decorrentes da migração para São Paulo também são registrados entre os trabalhadores dos setores de agropecuária e comércio, provenientes da região Nordeste, pertencentes às ocupações de agricultura/florestais/pesca e científicas/técnicas/artísticas.

De modo geral, pode-se perceber que os custos iniciais que envolvem a adaptação ao local de destino – entre eles o custo de vida em São Paulo – são maiores que os retornos imediatos. A remuneração, portanto, não aparenta ser o único fator capaz de motivar a migração do trabalhador para São Paulo.

REFERÊNCIAS

AZZONI, C.; CARMO, H. E.; MENEZES, T. M. I. Comparações da Paridade do Poder de Compra entre cidades: aspectos metodológicos e aplicação ao caso brasileiro. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, abr. 2003.

BORJAS, G. Assimilation, changes in cohort quality, and earnings of immigrants. *Journal of Labor Economics*, v. 3, p. 463-489, 1985.

_____. Self-selection and the earnings of immigrants. *American Economic Review*, v. 77, n. 4, p. 531-553, Sep. 1987.

CHISWICK, B. R. The effect of americanization on the earnings of foreign-born men. *Journal of Political Economy*, v. 86, p. 897- 921, Out. 1978.

FIESS, N.; VERNER, D. *Migration and human capital in Brazil during the 1990's..* 2003 (World Bank Policy Research Working Paper, n. 3.093).

MINCER, J. *Schooling, experience and earnings*. New York: National Bureau for Economic Research, 1974.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Raismigra*. Brasília: MTE, 1995/2002.

SANTOS JÚNIOR, E. *Migração e seleção: o caso do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Rio de Janeiro, Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SJAASTAD, L. A. The costs and returns of human migration. *Journal of Political Economy, Supplement* 70, n. 5, p. 80-93, Oct. 1962.

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS DO TRABALHO POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO ENTRE 2002 E 2007

Adriana Fontes*

Valéria Pero**

1 INTRODUÇÃO

A literatura empírica sobre segmentação do mercado de trabalho no Brasil teve início no final dos anos 1980. Naquele momento, a informalidade crescia expressivamente e verificavam-se grandes diferenciais de rendimentos entre empregados com e sem carteira de trabalho assinada (BARROS; VARANDA, 1987; BARROS; SEDLACEK; VARANDA, 1990; PERO, 1992).

Passados mais de 20 anos, ainda não há consenso a respeito da existência de segmentação no mercado de trabalho. Alguns estudos reforçaram a idéia de que o mercado de trabalho brasileiro é pouco segmentado – ver, por exemplo, Curi e Menezes-Filho (2006) e Neri (2002). Já autores como Tannuri-Pianto e Pianto (2002) e Soares (2004) apresentam indícios de segmentação nesse mercado e existência de fila (acionamento) para empregos formais.

O crescimento recente da formalização do emprego apresenta um novo contexto para a análise da segmentação do mercado de trabalho brasileiro. Com o intuito de contribuir para esse debate, com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a presente nota analisa os diferenciais de rendimentos por posição na ocupação no mercado de trabalho brasileiro, explorando as diferenças por nível de escolaridade dos trabalhadores.

Para tanto a nota se divide em três seções, além desta introdução e da conclusão. A seção seguinte apresenta a base de dados e os conceitos utilizados. A terceira seção descreve a estratégia empírica adotada para analisar os diferenciais de rendimentos por posição na ocupação com base nos dados longitudinais das PMEs entre 2002 e 2007. Por fim, são analisados os resultados encontrados sobre a estimação dos diferenciais de renda decorrentes das transições entre as posições na ocupação.

Os resultados apontam para a existência de diferenciais de rendimentos entre empregados formais e informais e, principalmente, entre empregados formais e trabalhadores por conta própria, mesmo controlando pelas características não-observáveis dos trabalhadores. Por fim, as estimativas por grau de escolaridade apontam uma segmentação maior para os níveis inferiores, no caso dos trabalhadores por conta própria, enquanto para os empregados sem carteira a segmentação aumenta com a escolaridade.

2 BASE DE DADOS

A PME/IBGE é uma pesquisa domiciliar de periodicidade mensal, e que apresenta um esquema de rotação de domicílios mensal e uma estrutura de painel (IBGE, 2002). O mesmo domicílio é entrevistado por quatro meses consecutivos, fica fora da amostra nos oito meses

* Doutoranda do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisadora do Iets.

** Professora do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisadora associada ao Iets.

seguintes e volta a ser entrevistado por mais quatro meses. Dessa forma, pode-se acompanhar o domicílio por um período de até 16 meses entre a primeira e a última entrevista.¹

Para analisar as transições ocupacionais e a mobilidade de renda foi necessário montar um painel de trabalhadores a partir da PME.² O banco de dados foi construído com as primeiras entrevistas de todas as pessoas e suas respectivas quintas entrevistas, ocorridas nos 12 meses posteriores. Assim, para os indivíduos que entraram na amostra na primeira entrevista do domicílio, comparamos a primeira e a quinta entrevista. Já para os indivíduos que foram entrevistados apenas na segunda entrevista do domicílio, a amostra é constituída pela segunda e sexta entrevistas do domicílio e assim por diante. Tem-se, desta forma, todos os indivíduos na amostra com informações em dois pontos no tempo, com uma diferença de 12 meses entre eles.

O recorte principal de análise é a posição na ocupação do indivíduo em sua ocupação principal, onde foram definidos os seguintes segmentos: *a*) formal: constituídos pelos trabalhadores com contrato formal de trabalho, ou seja, pelos empregados com carteira de trabalho assinada e funcionários públicos estatutários; *b*) informal: empregados sem carteira de trabalho assinada, excluindo-se estatutários; *c*) conta-própria; e *d*) empregadores.

Assim, a mobilidade dos trabalhadores foi calculada a partir das transições entre essas quatro posições na ocupação, definidas entre a primeira entrevista e um ano depois. A matriz de transição analisada está, portanto, condicionada à situação de ocupado, ou seja, serão analisados os fluxos de trabalhadores entre posições na ocupação no período de 2002 e 2007.

A outra variável de interesse é a renda do trabalhador, que foi computada considerando-se os rendimentos-hora habitualmente recebidos na ocupação principal. Para uma análise mais rigorosa dos ganhos de renda, calculamos a renda-hora e deflacionamos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), conforme proposto por Corseuil e Foguel (2002). Os diferenciais de rendimentos entre a primeira entrevista e um ano depois serão calculados para os segmentos definidos anteriormente.

Assim sendo, no período de janeiro de 2002 a agosto de 2007, o banco de dados foi construído com informações sobre sete painéis, gerando ao todo uma amostra com 332.842 indivíduos (com total de 665.684 observações). Neste artigo, como o interesse é a relação entre as posições na ocupação e as variações na renda, a subamostra da PME é delimitada aos trabalhadores de 25 a 65 anos de idade ocupados na semana de referência, totalizando 107.220 observações.

3 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Para estimar os diferenciais de rendimento por posição na ocupação, suponha que os rendimentos dos trabalhadores em um dado momento do tempo são determinados pela sua

1. Se a primeira entrevista de um domicílio é realizada em janeiro de 2003, a quinta entrevista deste domicílio será feita em janeiro de 2004 e assim por diante até abril de 2004.

2. Ribas e Soares (2007) descrevem detalhadamente todos os problemas do emparelhamento de informações individuais da PME devido a erros nas informações reportadas pelos indivíduos nas reentrevistas para constituição dos painéis e propõem alternativas para solucioná-los adotando um procedimento mais flexível para aumentar a taxa de identificação no painel de pessoas, minimizando assim as perdas na amostra. Neste trabalho, entretanto, optou-se por não correr o risco de emparelhar pessoas diferentes, adotando-se o procedimento mais rigoroso, isto é, através do sexo e da mesma data de nascimento.

posição na ocupação (po) e por uma série de características observáveis (x_i) como escolaridade, idade, região e sexo:

$$\log(y_i) = \beta_0 + \beta_1 po_i + \beta_2 x_i + e_i \quad (1)$$

A variável dependente é o logaritmo dos rendimentos-hora habitualmente recebidos e a variável de interesse po_i é uma matriz com *dummies* de posições na ocupação (empregado formal, empregado informal, trabalhador por conta própria e empregador).

No banco de dados utilizado, para os indivíduos ocupados com idade entre 25 e 65 anos, temos informações relativas a dois anos, sendo t o período de origem e $t+1$ o período de destino um ano depois. As informações referem-se aos anos de 2002 a 2007. Portanto, t corresponde a 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006 e $t+1$ corresponde a 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007. Por exemplo, um indivíduo que foi entrevistado em 2002 voltou a ser entrevistado em 2003 de forma que t corresponde a 2002 e $t+1$ corresponde a 2003. Assim temos a seguinte equação de rendimentos:

$$\log(y_{it}) = \beta_0 + \beta_1 po_{it} + \beta_2 x_{it} + \delta_t + a_i + u_{it} \quad (2)$$

O erro idiossincrático u_{it} é não-correlacionado com as variáveis explicativas, o termo a_i representa os fatores individuais não-observáveis (como espírito empreendedor, habilidade, motivação) supostos constantes no tempo e δ_t representa *dummy* de ano. Para controlar os efeitos de algumas características não-observáveis nas equações de diferenciais salariais, utilizamos o mesmo procedimento adotado por Curi e Menezes-Filho (2006). Aplicando-se a primeira diferenciação, eliminamos a_i :

$$\Delta \log(y_{it}) = \delta_0 + \beta_1 \Delta po_{it} + \Delta u_{it} \quad (3)$$

Note-se que na equação de primeiras diferenças as características observáveis representadas por x_{it} também não aparecem na equação, pois não mudam ao longo do tempo, de forma que não conseguimos separar de a_i . A única variável que pode mudar ao longo do tempo é a de educação, mas como estamos considerando apenas adultos com idade entre 25 e 65 anos, os níveis educacionais são praticamente constantes.³

Através da equação (3) podemos estimar os efeitos das transições entre as posições na ocupação sobre os rendimentos do trabalho controlando pelas características não-observáveis dos indivíduos. Dessa forma, será estimada variação salarial decorrente das transições entre trabalhadores formais e informais. Esse modelo foi aplicado para diferentes níveis de escolaridade com intuito de avaliar se o comportamento dos diferenciais de rendimentos muda com a escolaridade inicial do trabalhador.

4 RESULTADOS

Após a estimação por mínimos quadrados ordinários, a tabela 1 mostra os diferenciais de rendimentos entre o emprego formal (categoria de referência) e o emprego informal e o trabalho por conta própria com a inclusão de controles por características observáveis.⁴

3. Na amostra, cerca de 18% dos indivíduos mudaram de grau de escolaridade no intervalo de um ano.

4. Para essa estimação, utilizamos as informações da primeira entrevista do indivíduo.

Constata-se que, antes da inclusão dos controles, os diferenciais estavam em torno de 51,5% e 42,4% em relação ao emprego informal e o trabalho por conta própria, respectivamente.⁵ Após a inclusão de outras características observáveis, os diferenciais caem para cerca de 28%, tanto em relação ao emprego informal quanto em relação ao trabalho por conta própria. Vale ressaltar que a grande redução do diferencial ocorre do modelo (1) para o modelo (2), com a inclusão das variáveis sobre a produtividade dos trabalhadores (educação e idade como *proxy* de experiência).

Os resultados da estimação por primeiras diferenças, que permite o controle pelas características não-observáveis dos trabalhadores, podem ser encontrados na tabela 2. Na última coluna da tabela, percebe-se que o efeito da transição do emprego formal para o trabalho por conta própria sobre o log dos rendimentos-hora é de -12,3% em relação aos trabalhadores que não mudam de posição na ocupação (categoria omitida). O caminho inverso representa um ganho de 12,8%. Estes coeficientes são diferentes dos apresentados por Curi e Menezes-Filho (2006), que mostram que, na segunda metade dos anos 1990, tanto a transição do emprego formal para o trabalho por conta própria quanto o inverso representam uma variação positiva da renda.⁶ A perda do contrato formal para os empregados representa uma queda de 6% nos rendimentos, ou seja, metade do diferencial em relação ao trabalho por conta própria. Este resultado é praticamente igual aos estimados por Curi e Menezes-Filho (2006), para o final da década de 1990.

Mas será que os diferenciais de rendimentos entre emprego formal e informal ou trabalho por conta própria variam de acordo com o nível de escolaridade dos trabalhadores? Ainda na tabela 2 é possível observar os diferenciais por nível de escolaridade do trabalhador. Primeiramente, o ganho de renda quando se deixa de ser trabalhador por conta própria e se torna um empregado formal é decrescente com a escolaridade. O efeito desta transição chega a ser de 25,3% para aqueles que têm até 3 anos de estudo, enquanto para os que possuem 11 anos de estudo ou mais o ganho é de apenas 4,3%. Da mesma forma, o caminho de volta, isto é, a transição do emprego formal para o trabalho por conta própria, tem um efeito negativo nos rendimentos da ordem de 20% para os que não completaram o primeiro grau e de 6,8% para o grupo com o segundo grau completo. Neste aspecto o mercado de trabalho parece mais segmentado para os grupos com escolaridade mais baixa.

Com relação à transição do emprego informal para o formal, se por um lado os ganhos da formalização do contrato de trabalho são crescentes com escolaridade, por outro, a transição do emprego formal para o informal representa uma perda maior para os trabalhadores com escolaridade mais baixa, indicando possivelmente que essa não é uma escolha voluntária, mas uma imposição do mercado de trabalho. Apesar disso, vale mencionar, enfim, que o comportamento é distinto em relação ao conta-própria, visto que os diferenciais salariais relacionados à transição do emprego informal para o formal é crescente com a escolaridade.

5. Note-se que esses diferenciais são superiores aos apresentados na seção 1 porque, como já explicitado na metodologia, consideramos também como empregados formais os funcionários públicos estatutários que em média possuem renda mais alta do que os empregados com carteira de trabalho assinada.

6. Em Curi e Menezes-Filho (2006), os rendimentos médios dos trabalhadores por conta própria são muito inferiores aos dos empregados formais e informais, mas, quando estimados os diferenciais por esse método econométrico, passam a ganhar mais que os formais no final do período. Mesmo sabendo da importância dos controles, esses resultados causam estranheza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de trabalho brasileiro no início dos anos 2000 apresentou uma dinâmica diferente da dos anos 1980 e 1990. Assistimos a um expressivo crescimento do emprego formal que apresenta um novo contexto para análise da segmentação do mercado de trabalho brasileiro. Os diferenciais de rendimentos entre empregos formais e informais e entre empregos formais e trabalho por conta própria, sem controlar pelas características dos trabalhadores, embora em queda desde os anos 1980, continuam beneficiando os empregados protegidos por um contrato formal de trabalho.

Os resultados econométricos apontam que, após o controle pela heterogeneidade dos trabalhadores, persistem os diferenciais de rendimento entre empregados formais e empregados informais e sobretudo entre empregados formais e trabalhadores por conta-própria. Enquanto a transição do trabalho por conta própria para o emprego formal e vice-versa representa um ganho ou perda de cerca de 12%, o diferencial em relação ao emprego informal é mais baixo (9% de acréscimo com a formalização e -6% com a perda da carteira assinada).

As estimativas por grau de instrução mostram que os diferenciais de rendimentos são decrescentes com o nível de escolaridade, indicando maior segmentação entre empregos formais e trabalho por conta própria para os trabalhadores com níveis de escolaridade mais baixos. Já para os empregados sem carteira de trabalho assinada, os ganhos da formalização são crescentes com o grau de instrução.

Estes resultados são diferentes dos encontrados na literatura nacional recente na medida em que apontam uma segmentação entre empregos formais e trabalho por conta própria maior do que em relação ao emprego informal, principalmente para os trabalhadores com escolaridade baixa. Os resultados sugerem, ao menos pelas evidências dos diferenciais de rendimentos, que os trabalhadores por conta própria com baixa escolaridade fazem parte da fila para o emprego formal.

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Brasília: Ipea, jul. 1995 (Texto para Discussão, n. 377).
- BARROS, R. P. de; SEDLACEK, G. L.; VARANDA, S. Segmentação e mobilidade no mercado de trabalho: a carteira de trabalho em São Paulo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 20, n. 1, p. 87-104, 1990.
- BARROS, R. P. de; VARANDA, S. A carteira de trabalho e as condições de trabalho e remuneração dos chefes de família no Brasil. *Revista da Anpec*, n. 10, v. 12, p. 15-20, dez. 1987.
- BOSH, M.; MALONEY, W. *Comparative analysis of labor market dynamics using markov processes: an application to informality*. Bonn: IZA, Set. 2007 (Texto para Discussão, n. 3.038).
- CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. *Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE*. Rio de Janeiro: Ipea, 2002 (Texto para Discussão, n. 897).
- CURI, A. Z.; MENEZES-FILHO, N. A. O mercado de trabalho brasileiro é segmentado? Alterações no perfil da informalidade e nos diferenciais de salários nas décadas de 1980 e 1990. *Estudos Econômicos*, v. 36, n. 4, p. 867-899, São Paulo, out.-dez. 2006.
- IBGE, Departamento de Emprego e Rendimento. *Pesquisa Mensal de Emprego*. Rio de Janeiro, 2002 (Relatório Metodológico, v. 23).

- NERI, M.C. *Decent work and the informal sector in Brazil*. EPGE, 2002 (Ensaio Econômico, n. 461).
- PERO, V. A carteira de trabalho no mercado de trabalho metropolitano brasileiro. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 22, n. 2, 1992.
- PERO, V.; URANI, A. Determinantes do excesso de oferta de mão-de-obra para o segmento formal do mercado de trabalho metropolitano. *Perspectivas da Economia Brasileira - 1994*. Rio de Janeiro: Ipea, 1993. cap. 26.
- RIBAS, R. P.; SOARES, S. S. D. *Sobre o painel da PME*. 2007. Mimeografado.
- SOARES, F. V. *Do informal workers queue for formal jobs in Brazil?* Brasília: Ipea, maio 2004 (Texto para Discussão, n. 1.021).
- TANNURI-PIANTO, M.; PIANTO, D. *Informal employment in Brazil: a choice at the top and segmentation at the bottom – a quantile regression approach*. Brasília: UnB, 2002 (Texto para Discussão, n. 236).
- ULYSSEA, G. *Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura*. Ipea, 2005 (Texto para Discussão, n. 1.070).

ANEXO

TABELA A.1

Resultados da estimação da equação de renda

Variável dependente: log da renda-hora real	(1)	(2)	(3)	(4)
Emprego informal	-0.515 (66.17)**	-0.337 (48.90)**	-0.334 (49.78)**	-0.286 (43.16)**
Trabalho por conta própria	-0.424 (61.25)**	-0.298 (47.94)**	-0.278 (46.00)**	-0.278 (46.92)**
Empregador	0.626 (53.69)**	0.488 (47.60)**	0.474 (47.57)**	0.434 (44.22)**
4 a 7 anos de estudo		0.221 (22.85)**	0.204 (21.61)**	0.207 (22.40)**
8 a 10 anos de estudo		0.414 (40.17)**	0.405 (40.36)**	0.409 (41.57)**
11 anos de estudo ou +		1.105 (119.29)**	1.096 (121.65)**	1.128 (127.40)**
Idade		0.016 (61.88)**	0.015 (62.35)**	0.016 (64.67)**
Salvador			0.069 (6.34)**	0.091 (8.45)**
Belo Horizonte			0.334 (35.64)**	0.346 (37.70)**
Rio de Janeiro			0.293 (32.14)**	0.308 (34.31)**
São Paulo			0.570 (62.77)**	0.574 (64.38)**
Porto Alegre			0.426 (44.15)**	0.438 (46.26)**
Mulher				-0.274 (57.75)**
2003				-0.132 (18.53)**
2004				-0.151 (21.43)**
2005				-0.129 (18.60)**
2006				-0.125 (14.15)**
Constante	3.095 (814.31)**	1.734 (121.11)**	1.414 (90.48)**	1.871 (109.92)**
Observações	100.315	100.117	100.117	100.117
R ²	0.10	0.32	0.36	0.38

Fonte: PME/IBGE 2002-2007.

Valor absoluto da estatística-t entre parênteses.

* significante a 5%; ** significante a 1%.

Nota: Os grupos de referência são: emprego formal (com carteira e funcionários públicos); até 3 anos de estudo; Recife, homem e o ano de 2002.

TABELA A.2

Resultados da estimação da equação de primeiras diferenças

Variável dependente: variação do log da renda-hora real	Até 3	4 a 7	8 a 10	11 ou mais	Média
Conta-própria – formal	0.253 (4.53)**	0.218 (7.50)**	0.159 (4.69)**	0.043 (1.96)*	0.128 (8.49)**
Conta-própria – empregador	0.103 (1.78)	0.087 (3.10)**	0.134 (4.08)**	0.080 (3.74)**	0.095 (6.47)**
Conta-própria – informal	0.050 (1.48)	0.014 (0.69)	-0.014 (0.55)	-0.028 (1.51)	0.001 (0.10)
Formal – conta-própria	-0.166 (3.01)**	-0.207 (6.97)**	-0.119 (3.19)**	-0.068 (2.97)**	-0.123 (7.87)**
Formal – empregador	0.660 (3.50)**	0.247 (2.50)*	0.085 (1.07)	0.102 (2.98)**	0.123 (4.15)**
Formal – informal	-0.053 (1.44)	-0.102 (5.03)**	-0.054 (2.18)*	-0.042 (2.84)**	-0.060 (5.80)**
Informal – formal	0.022 (0.67)	0.066 (3.73)**	0.072 (3.24)**	0.117 (9.03)**	0.089 (9.82)**
Informal – conta própria	-0.099 (2.75)**	-0.001 (0.07)	-0.004 (0.14)	-0.011 (0.55)	-0.013 (1.09)
Informal – empregador	0.365 (2.73)**	0.078 (1.19)	0.259 (3.57)**	0.224 (5.80)**	0.206 (6.97)**
Empregador – formal	-0.134 (0.66)	-0.205 (2.71)**	-0.145 (2.06)*	-0.142 (3.93)**	-0.153 (5.23)**
Empregador – conta-própria	-0.072 (1.44)	-0.156 (5.66)**	-0.172 (5.12)**	-0.218 (10.82)**	-0.182 (12.95)**
Empregador – informal	-0.048 (0.29)	-0.285 (4.87)**	-0.377 (5.61)**	-0.236 (5.88)**	-0.272 (9.29)**
2003	0.096 (5.01)**	0.095 (8.74)**	0.099 (7.81)**	0.083 (10.52)**	0.090 (16.47)**
2004	0.137 (7.19)**	0.119 (11.07)**	0.122 (9.71)**	0.108 (14.06)**	0.116 (21.52)**
2005	0.117 (6.02)**	0.119 (11.10)**	0.138 (11.15)**	0.143 (18.93)**	0.134 (25.24)**
2006	0.110 (4.49)**	0.147 (10.73)**	0.138 (8.70)**	0.139 (15.04)**	0.138 (20.79)**
Constante	-0.060 (4.18)**	-0.068 (8.39)**	-0.078 (8.36)**	-0.085 (14.49)**	-0.077 (19.08)**
Observações	6.972	20.800	14.766	43.776	86.484
R ²	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02

Fonte: PME/IBGE 2002-2007.

Valor absoluto da estatística-t entre parênteses.

* significante a 5%; ** significante a 1%.

Nota: Os grupos de referência são: trabalhadores ocupados que não mudaram de posição na ocupação e o ano de 2002.

ANEXO ESTATÍSTICO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

DESEMPREGO

SEGURO-DESEMPREGO

RENDIMENTOS

INFORMALIDADE

Advertência

Os dados deste Anexo Estatístico que são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam valores distintos daqueles que foram publicados até o número 25 deste boletim, em decorrência de novos fatores de expansão das amostras.

Para maiores informações, consultar:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/22022005reponderacao.shtm>

ANEXO ESTATÍSTICO

Índice de Tabelas

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

1. PEA por região metropolitana	A1
2. PEA por gênero	A1
3. PEA por grau de instrução	A2
4. PEA por faixa etária	A2
5. Taxa de participação por região metropolitana	A3
6. Taxa de participação por gênero	A3
7. Taxa de participação por grau de instrução	A4
8. Taxa de participação por faixa etária	A4
9. População economicamente inativa que gostaria de trabalhar	A5

II. OCUPAÇÃO

1. Nível de ocupação por região metropolitana	A7
2. Nível de ocupação por gênero	A7
3. Nível de ocupação por grau de instrução	A8
4. Nível de ocupação por faixa etária	A8
5. Nível de ocupação por posição na ocupação	A9
6. Empregados por categoria de ocupação	A9
7. Nível de ocupação por setor de atividade	A10

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

1. Admissões por UF	A11
2. Desligamentos por UF	A12
3. Variação do nível de emprego por UF	A13
4. Admissões por setor de atividade	A14
5. Desligamentos por setor de atividade	A15
6. Variação do nível de emprego formal por setor de atividade	A16

IV. DESEMPREGO

1. Taxa de desemprego por região metropolitana: PME	A17
2. Taxa de desemprego aberto: PED	A17
3. Taxa de desemprego oculto por desalento: PED	A18
4. Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED	A18
5. Taxa de desemprego total: PED	A19
6. Taxa de desemprego por gênero: PME	A19
7. Taxa de desemprego por grau de instrução: PME	A20
8. Taxa de desemprego por faixa etária: PME	A20
9. Taxa de desemprego por posição na família: PME	A21
10. Composição do desemprego por gênero: PME	A21
11. Composição do desemprego por posição na família: PME	A22
12. Composição do desemprego por faixa etária: PME	A22
13. Composição do desemprego por grau de instrução: PME	A23
14. Composição do desemprego por faixa de duração: PME	A23

V. SEGURO-DESEMPREGO

- | | |
|--|-----|
| 1. Requerentes, segurados e valor médio do benefício | A25 |
|--|-----|

VI. RENDIMENTOS

- | | |
|---|-----|
| 1. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região | A27 |
| 2. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região | A27 |
| 3. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação | A28 |
| 4. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação | A28 |
| 5. Salário mínimo real | A29 |

VII. INFORMALIDADE

- | | |
|---|-----|
| 1. Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana | A31 |
| 2. Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana | A31 |
| 3. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana | A32 |
| 4. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana | A32 |

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.1
PEA por região metropolitana
(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	1.358	1.475	2.045	5.134	8.503	1.727	20.241	n.d.	n.d.
2003	1.460	1.547	2.158	5.279	9.061	1.788	21.293	1.369	22.662
2004	1.451	1.590	2.250	5.382	9.270	1.810	21.753	1.394	23.147
2005	1.478	1.647	2.273	5.380	9.369	1.845	21.991	1.470	23.461
2006	1.541	1.651	2.399	5.468	9.576	1.891	22.527	1.474	24.001
2007	1.506	1.738	2.485	5.515	9.851	1.924	23.020	1.522	24.542
2008 Janeiro	1.496	1.728	2.497	5.544	9.883	1.956	23.104	1.599	24.703
Fevereiro	1.475	1.720	2.539	5.549	9.938	1.949	23.170	1.606	24.776
Março	1.466	1.701	2.523	5.601	10.030	1.954	23.276	1.621	24.897
Abril	1.449	1.700	2.574	5.626	10.068	1.962	23.378	1.619	24.997
Maio	1.419	1.676	2.546	5.576	10.106	1.995	23.318	1.626	24.944
Junho	1.468	1.691	2.582	5.623	10.215	1.990	23.569	1.626	25.195
Julho	1.515	1.693	2.584	5.631	10.142	2.011	23.576	1.634	25.210
Agosto	1.470	1.713	2.595	5.647	10.192	1.995	23.611	1.620	25.231
Setembro	1.523	1.722	2.587	5.692	10.258	2.014	23.797	1.610	25.407
Outubro	1.522	1.718	2.621	5.733	10.326	2.021	23.940	1.613	25.553
Novembro	1.518	1.716	2.605	5.702	10.291	2.032	23.864	1.624	25.488
Dezembro	1.563	1.713	2.564	5.661	10.195	2.025	23.720	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2008	1.490	1.708	2.568	5.632	10.137	1.992	23.527	1.618	25.127

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA I.2
PEA por gênero
(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	11.371	8.869
2003	11.830	9.463
2004	11.984	9.769
2005	12.094	9.897
2006	12.356	10.171
2007	12.549	10.470
2008 Janeiro	12.595	10.508
Fevereiro	12.674	10.496
Março	12.726	10.550
Abril	12.762	10.616
Maio	12.694	10.624
Junho	12.795	10.774
Julho	12.759	10.817
Agosto	12.791	10.820
Setembro	12.840	10.956
Outubro	12.915	11.025
Novembro	12.844	11.020
Dezembro	12.854	10.866
Jan.-dez./2008	12.771	10.756

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.3

PEA por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 ^a	7.047	4.112	9.041
2003	7.229	4.267	9.761
2004	7.036	4.261	10.416
2005	6.759	4.220	10.979
2006	6.616	4.245	11.632
2007	6.378	4.280	12.331
2008 Janeiro	6.166	4.134	12.785
Fevereiro	6.113	4.215	12.813
Março	6.091	4.294	12.853
Abril	6.164	4.258	12.914
Maio	6.135	4.316	12.837
Junho	6.266	4.306	12.971
Julho	6.232	4.297	13.019
Agosto	6.189	4.338	13.056
Setembro	6.173	4.322	13.273
Outubro	6.107	4.378	13.432
Novembro	6.172	4.303	13.365
Dezembro	6.054	4.219	13.424
Jan.-dez./2008	6.155	4.282	13.062

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.4

PEA por faixa etária

(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	95	572	4.018	12.576	2.979
2003	128	620	4.102	13.141	3.302
2004	108	604	4.131	13.378	3.532
2005	64	528	4.041	13.641	3.717
2006	74	548	4.082	13.921	3.903
2007	65	507	4.070	14.262	4.116
2008 Janeiro	72	462	3.927	14.468	4.175
Fevereiro	78	509	3.930	14.394	4.259
Março	67	522	4.003	14.396	4.287
Abril	72	524	4.092	14.366	4.324
Maio	58	514	4.026	14.309	4.411
Junho	69	480	4.087	14.425	4.509
Julho	68	485	4.059	14.433	4.531
Agosto	56	491	4.028	14.441	4.596
Setembro	55	495	4.106	14.626	4.515
Outubro	57	505	4.063	14.794	4.521
Novembro	60	485	4.031	14.766	4.521
Dezembro	51	450	3.914	14.755	4.550
Jan.-dez./2008	64	493	4.022	14.514	4.433

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.5

Taxa de participação por região metropolitana (Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	48,5	56,1	54,7	54,4	57,1	56,1	55,3	n.d.	n.d.
2003	51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1	59,9	57,3
2004	49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,3	57,2	59,0	57,3
2005	49,7	58,5	56,4	54,0	59,3	56,3	56,6	60,1	56,8
2006	51,2	57,6	58,1	54,1	59,2	56,6	56,9	58,7	57,0
2007	49,0	59,0	58,8	53,6	59,7	56,5	56,9	59,0	57,0
2008 Janeiro	47,9	57,6	58,3	53,2	59,2	56,9	56,4	61,4	56,8
Fevereiro	47,2	57,4	59,1	53,3	59,3	56,7	56,5	61,7	56,9
Março	46,7	57,0	58,5	53,7	59,8	57,1	56,7	61,9	57,1
Abril	46,0	56,9	59,5	53,9	60,0	57,1	56,9	61,6	57,2
Maio	45,2	56,2	58,7	53,4	60,1	57,9	56,6	61,6	57,0
Junho	46,5	56,5	59,3	53,7	60,5	57,5	57,1	61,5	57,4
Julho	48,2	56,3	59,3	53,9	59,9	57,7	57,0	62,0	57,4
Agosto	46,7	56,7	59,5	54,0	60,0	57,3	57,0	60,9	57,3
Setembro	48,2	56,9	59,4	54,5	60,5	57,7	57,4	60,5	57,6
Outubro	48,0	56,7	59,8	55,0	61,1	57,7	57,8	60,5	58,0
Novembro	47,6	56,5	59,4	54,6	61,0	58,1	57,6	61,0	57,8
Dezembro	48,9	56,4	58,6	54,2	60,0	57,7	57,1	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2008	47,3	56,8	59,1	54,0	60,1	57,5	57,0	61,3	57,3

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA I.6

Taxa de participação por gênero (Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	66,3	45,7
2003	67,7	47,8
2004	67,3	48,3
2005	66,7	47,7
2006	66,8	48,1
2007	66,5	48,5
2008 Janeiro	66,1	47,9
Fevereiro	66,2	48,0
Março	66,5	48,1
Abril	66,9	48,2
Maio	66,4	48,2
Junho	67,0	48,5
Julho	66,6	48,7
Agosto	66,6	48,6
Setembro	67,0	49,2
Outubro	67,1	49,7
Novembro	66,8	49,7
Dezembro	66,4	49,0
Jan.-dez./2008	66,6	48,7

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.7

Taxa de participação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 ^a	40,9	57,1	74,9
2003	42,1	58,9	76,2
2004	41,3	58,4	76,3
2005	39,9	56,9	75,9
2006	39,1	57,4	76,2
2007	38,1	57,2	76,2
2008 Janeiro	37,4	55,5	75,3
Fevereiro	37,4	55,4	75,3
Março	37,4	56,0	75,5
Abril	37,6	55,9	75,9
Maio	37,3	56,2	75,7
Junho	37,6	56,6	76,4
Julho	37,4	56,7	76,3
Agosto	37,1	56,9	76,4
Setembro	37,1	57,4	77,1
Outubro	36,9	58,2	77,6
Novembro	36,9	58,4	77,3
Dezembro	36,7	57,1	76,2
Jan.-dez./2008	37,2	56,7	76,2

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.8

Taxa de participação por faixa etária

(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	2,6	24,0	68,3	76,6	36,0
2003	3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
2004	3,0	25,5	70,8	78,8	38,2
2005	1,8	22,5	69,5	78,6	38,0
2006	2,0	23,6	70,6	79,1	38,3
2007	1,7	22,1	70,9	79,7	38,4
2008 Janeiro	1,9	20,8	69,3	79,2	38,1
Fevereiro	2,1	22,4	69,1	79,3	38,4
Março	1,8	22,7	70,6	79,4	38,4
Abril	1,9	22,7	71,5	79,5	38,4
Maio	1,5	22,3	70,0	79,3	39,1
Junho	1,8	21,2	71,5	79,8	39,5
Julho	1,8	21,6	70,8	79,7	39,6
Agosto	1,4	21,5	70,0	79,8	40,1
Setembro	1,4	21,9	72,0	80,6	39,3
Outubro	1,5	22,1	72,4	80,9	39,9
Novembro	1,5	21,5	71,7	81,0	39,8
Dezembro	1,3	19,8	69,8	80,5	39,8
Jan.-dez./2008	1,7	21,7	70,7	79,9	39,2

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.9

População economicamente inativa que gostaria de trabalhar

Período	Disponíveis		Não-disponíveis	Total
	Marginalmente ligadas à PEA ^a	Total		
2002 ^b	1.087	3.181	445	3.626
2003	989	2.823	407	3.230
2004	1.030	2.825	369	3.194
2005	1.037	2.828	348	3.175
2006	1.003	2.595	377	2.972
2007	933	2.331	418	2.749
2008 Janeiro	982	2.352	389	2.741
Fevereiro	885	2.217	370	2.587
Março	825	2.150	366	2.516
Abril	813	2.145	381	2.526
Maio	868	2.234	404	2.639
Junho	801	2.170	386	2.556
Julho	825	2.165	399	2.565
Agosto	820	2.156	383	2.539
Setembro	752	1.933	393	2.326
Outubro	785	1.931	395	2.326
Novembro	739	1.859	383	2.242
Dezembro	863	1.956	496	2.452
Jan.-dez./2008	830	2.106	395	2.501

Fonte: PME/IBGE.

^a Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.

^b Média referente ao período mar.-dez.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.1

Nível de ocupação por região metropolitana

(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	1.188	1.254	1.828	4.618	7.420	1.576	17.885	n.d.	n.d.
2003	1.258	1.289	1.924	4.794	7.785	1.619	18.669	1.247	19.917
2004	1.267	1.335	2.012	4.895	8.098	1.654	19.260	1.281	20.541
2005	1.282	1.392	2.074	4.965	8.411	1.708	19.831	1.361	21.192
2006	1.317	1.425	2.195	5.038	8.568	1.739	20.282	1.372	21.654
2007	1.325	1.500	2.296	5.121	8.857	1.784	20.883	1.427	22.310
2008 Janeiro	1.345	1.532	2.330	5.187	9.031	1.836	21.261	1.523	22.784
Fevereiro	1.312	1.509	2.344	5.161	9.009	1.824	21.160	1.512	22.672
Março	1.324	1.484	2.341	5.225	9.089	1.819	21.282	1.526	22.808
Abril	1.314	1.498	2.398	5.225	9.121	1.831	21.387	1.517	22.904
Maio	1.295	1.486	2.372	5.217	9.234	1.873	21.476	1.526	23.002
Junho	1.344	1.487	2.392	5.253	9.378	1.869	21.723	1.525	23.248
Julho	1.361	1.489	2.410	5.217	9.300	1.890	21.668	1.538	23.206
Agosto	1.349	1.513	2.437	5.259	9.373	1.888	21.820	1.533	23.353
Setembro	1.387	1.528	2.431	5.299	9.434	1.900	21.979	1.538	23.517
Outubro	1.386	1.534	2.467	5.334	9.526	1.908	22.155	1.539	23.694
Novembro	1.370	1.540	2.469	5.306	9.451	1.924	22.060	1.546	23.606
Dezembro	1.442	1.541	2.424	5.312	9.467	1.930	22.115	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2008	1.352	1.512	2.401	5.250	9.284	1.874	21.674	1.529	23.163

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA II.2

Nível de ocupação por gênero

(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	10.248	7.636
2003	10.641	8.029
2004	10.895	8.364
2005	11.156	8.675
2006	11.351	8.931
2007	11.622	9.260
2008 Janeiro	11.816	9.445
Fevereiro	11.824	9.336
Março	11.893	9.389
Abril	11.920	9.467
Maio	11.911	9.565
Junho	12.016	9.707
Julho	11.966	9.702
Agosto	12.038	9.782
Setembro	12.095	9.884
Outubro	12.162	9.993
Novembro	12.104	9.956
Dezembro	12.186	9.929
Jan.-dez./2008	11.994	9.680

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.3

Nível de ocupação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período	0	1-3	4-7	8-10	> = 11
2002 ^a	557	1.189	4.447	3.478	8.173
2003	565	1.183	4.610	3.560	8.716
2004	531	1.131	4.628	3.590	9.339
2005	484	1.103	4.573	3.656	9.981
2006	480	1.072	4.470	3.666	10.558
2007	433	996	4.433	3.743	11.248
2008					
Janeiro	392	964	4.389	3.706	11.792
Fevereiro	376	961	4.318	3.723	11.752
Março	368	954	4.322	3.830	11.771
Abril	357	953	4.384	3.764	11.889
Maio	360	934	4.427	3.861	11.864
Junho	390	955	4.510	3.844	11.998
Julho	401	962	4.453	3.842	11.982
Agosto	393	937	4.454	3.900	12.106
Setembro	392	915	4.464	3.856	12.322
Outubro	387	939	4.386	3.921	12.498
Novembro	396	905	4.459	3.843	12.434
Dezembro	387	918	4.402	3.816	12.569
Jan.-dez./2008	383	941	4.414	3.826	12.081

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.4

Nível de ocupação por faixa etária

(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	78	376	3.152	11.445	2.833
2003	105	383	3.144	11.909	3.128
2004	89	390	3.200	12.215	3.366
2005	54	352	3.208	12.638	3.579
2006	61	369	3.224	12.868	3.759
2007	53	345	3.263	13.237	3.984
2008					
Janeiro	58	320	3.239	13.585	4.059
Fevereiro	63	340	3.191	13.438	4.127
Março	53	364	3.229	13.479	4.157
Abril	52	350	3.362	13.424	4.199
Maio	49	357	3.344	13.423	4.303
Junho	58	347	3.397	13.539	4.382
Julho	57	361	3.370	13.484	4.396
Agosto	47	358	3.402	13.548	4.465
Setembro	45	358	3.469	13.720	4.388
Outubro	48	368	3.434	13.909	4.396
Novembro	50	349	3.424	13.838	4.400
Dezembro	46	341	3.385	13.898	4.445
Jan.-dez./2008	52	351	3.354	13.607	4.310

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.5

Nível de ocupação por posição na ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Empregados				Conta-própria	Empregadores	Não-remunerados	Total
	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Não-remunerados				
2002 ^a	8.141	3.796	1.354	12	3.469	897	217	17.885
2003	8.266	4.090	1.370	12	3.729	1.025	177	18.669
2004	8.425	4.339	1.397	9	3.910	1.012	167	19.260
2005	8.920	4.431	1.452	8	3.843	1.021	156	19.831
2006	9.351	4.389	1.495	8	3.881	1.005	153	20.282
2007	9.840	4.322	1.532	8	4.043	994	144	20.883
2008 Janeiro	10.259	4.204	1.557	12	4.110	972	148	21.261
Fevereiro	10.258	4.085	1.602	4	4.032	1.026	152	21.160
Março	10.294	4.129	1.642	4	4.090	970	152	21.282
Abril	10.465	4.148	1.602	9	3.994	1.025	144	21.387
Maio	10.482	4.219	1.615	15	4.011	993	140	21.476
Junho	10.556	4.269	1.624	12	4.103	1.010	149	21.723
Julho	10.518	4.366	1.596	14	4.010	1.016	147	21.668
Agosto	10.526	4.406	1.669	7	4.108	973	131	21.820
Setembro	10.642	4.428	1.664	6	4.092	1.018	128	21.979
Outubro	10.835	4.357	1.697	6	4.093	1.027	140	22.155
Novembro	10.773	4.306	1.704	4	4.134	1.010	129	22.060
Dezembro	10.882	4.232	1.686	9	4.136	1.032	137	22.115
Jan.-dez./2008	10.541	4.263	1.638	8	4.076	1.006	142	21.674

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.6

Empregados por categoria de ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Setor privado		Setor público			Domésticos	
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Com carteira	Sem carteira
2002 ^a	7.261	2.639	380	273	1.354	500	885
2003	7.412	2.902	357	274	1.370	498	914
2004	7.561	3.058	344	292	1.397	520	989
2005	7.984	3.102	357	283	1.452	579	1.047
2006	8.397	2.994	373	305	1.495	581	1.090
2007	8.864	2.907	366	306	1.532	611	1.108
2008 Janeiro	9.309	2.866	360	279	1.557	590	1.059
Fevereiro	9.304	2.766	364	288	1.602	590	1.032
Março	9.338	2.819	348	298	1.642	609	1.012
Abril	9.476	2.784	369	290	1.602	620	1.074
Maio	9.485	2.829	368	304	1.615	630	1.086
Junho	9.532	2.905	380	292	1.624	645	1.072
Julho	9.494	2.995	370	308	1.596	654	1.063
Agosto	9.550	3.028	354	308	1.669	621	1.070
Setembro	9.654	3.035	363	305	1.664	624	1.088
Outubro	9.840	2.993	367	307	1.697	627	1.057
Novembro	9.818	2.955	351	296	1.704	603	1.056
Dezembro	9.900	2.919	379	304	1.686	603	1.010
Jan.-dez./2008	9.558	2.908	365	298	1.638	618	1.057

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.7

Nível de ocupação por setor de atividade

(Em mil pessoas)

Período	Indústria ^a	Construção	Comércio ^b	Intermediação financeira ^c	Administração pública ^d	Serviços domésticos	Outros serviços ^e	Outras atividades ^f
2002 ^g	3.143	1.366	3.698	2.313	2.872	1.385	3.000	106
2003	3.287	1.409	3.764	2.507	2.951	1.412	3.186	153
2004	3.410	1.408	3.832	2.637	3.022	1.509	3.306	135
2005	3.509	1.436	3.905	2.758	3.105	1.626	3.362	129
2006	3.537	1.457	3.967	2.897	3.177	1.671	3.449	127
2007	3.568	1.507	4.049	3.109	3.258	1.719	3.541	131
2008 Janeiro	3.602	1.480	4.099	3.185	3.304	1.650	3.829	113
Fevereiro	3.549	1.513	4.145	3.188	3.349	1.621	3.685	109
Março	3.575	1.577	4.091	3.223	3.367	1.621	3.719	110
Abril	3.633	1.577	4.118	3.258	3.361	1.695	3.625	120
Maiο	3.727	1.573	4.130	3.292	3.362	1.716	3.562	116
Junho	3.752	1.570	4.215	3.281	3.435	1.717	3.629	125
Julho	3.750	1.567	4.124	3.286	3.451	1.717	3.649	122
Agosto	3.847	1.582	4.053	3.341	3.473	1.692	3.700	132
Setembro	3.763	1.610	4.185	3.341	3.455	1.712	3.778	133
Outubro	3.762	1.619	4.258	3.321	3.563	1.684	3.821	127
Novembro	3.817	1.631	4.234	3.237	3.579	1.659	3.788	115
Dezembro	3.727	1.617	4.346	3.309	3.545	1.613	3.845	113
Jan.-dez./2008	3.709	1.576	4.167	3.272	3.437	1.675	3.719	120

Fonte: PME/IBGE.

^a Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.^b Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis.^c Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.^d Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.^e Atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.^f Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.^g Média referente ao período mar.-dez.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.1																					
Admissões por UF																					
	2000 ^a	2001 ^a	2002 ^a	2003 ^a	2004 ^a	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^a	Jan./2008	Fev./2008	Mar./2008	Abr./2008	Mai./2008	Jun./2008	Jul./2008	Ago./2008	Set./2008	Out./2008	Nov./2008	Dez./2008	Jan.-dez./ 2008
RO	46.788	49.073	51.199	55.768	65.619	69.691	69.649	79.334	6.563	7.427	7.509	7.357	7.809	7.977	9.085	8.796	8.871	9.397	8.234	6.107	95.132
AC	9.572	11.416	11.687	10.728	11.884	14.943	17.580	16.278	1.756	1.806	1.668	1.494	2.115	1.958	2.059	1.854	1.881	1.925	1.584	1.048	21.148
AM	83.079	89.022	86.413	88.113	117.620	131.903	143.625	161.560	14.124	14.091	15.031	14.650	15.307	18.127	17.873	18.707	19.371	17.394	12.666	7.619	184.960
RR	4.958	6.015	5.221	5.966	7.311	8.228	7.937	9.522	1.071	1.061	1.202	1.318	913	901	1.026	992	1.161	1.477	1.230	649	13.001
PA	129.505	143.350	143.755	160.830	201.677	208.479	221.093	243.209	20.439	21.481	21.205	21.569	21.996	24.800	26.179	27.784	26.178	24.824	21.411	14.473	272.333
AP	9.923	9.735	9.491	10.699	12.901	14.584	15.290	18.041	1.311	1.515	1.551	1.800	1.745	1.856	2.046	2.406	2.073	2.224	1.838	1.291	21.656
TO	27.829	29.963	31.305	32.726	41.636	42.363	44.209	52.139	4.347	4.183	4.580	5.364	5.597	6.259	5.350	5.048	5.890	5.243	4.511	3.143	59.515
MA	57.334	69.239	60.558	62.670	70.431	85.854	94.335	111.763	9.504	9.382	10.608	12.073	11.466	13.719	16.108	14.665	13.199	13.524	12.545	7.946	144.739
PI	47.854	48.127	46.875	46.111	48.839	54.121	59.823	61.787	4.818	5.110	5.495	5.671	6.170	7.173	6.729	7.312	7.181	6.904	6.972	4.325	73.860
CE	212.751	223.517	215.582	210.583	227.205	240.637	267.041	295.833	25.347	24.957	26.097	24.187	27.177	32.364	36.363	33.610	31.616	31.519	31.608	20.613	345.458
RN	85.770	103.114	97.748	105.122	137.285	137.839	146.967	146.384	11.661	11.592	12.230	12.052	12.118	14.382	16.639	19.318	15.743	13.969	12.710	9.551	161.965
PB	69.315	78.281	74.189	67.107	73.471	79.613	84.592	92.780	7.705	7.606	7.413	7.487	7.179	7.862	10.665	15.309	10.154	8.273	8.204	5.569	103.426
PE	240.023	270.845	254.078	251.413	274.965	311.754	333.564	353.967	28.109	26.699	27.494	27.726	30.053	33.264	33.388	39.525	64.531	38.734	34.826	23.679	408.028
AL	80.891	93.729	88.185	93.277	99.851	103.837	110.055	109.173	6.270	5.583	5.082	5.891	6.220	5.825	8.032	8.013	42.971	14.744	6.906	4.790	120.327
SE	51.094	54.826	55.944	52.951	61.982	64.234	70.359	75.928	6.694	6.993	6.340	6.995	7.045	6.921	7.278	8.243	9.387	8.635	7.927	5.052	87.510
BA	338.769	357.821	348.538	349.688	406.076	470.493	473.212	531.251	47.566	43.998	51.697	55.627	57.099	52.442	55.941	54.056	54.895	53.716	48.859	34.804	610.700
MG	1.271.750	1.284.887	1.276.156	1.275.231	1.452.415	1.579.880	1.706.007	1.820.555	146.832	161.413	172.647	179.540	182.405	220.247	204.001	186.165	190.698	172.816	148.096	104.560	2.069.420
ES	207.676	221.636	221.484	222.795	255.143	291.455	314.285	339.581	28.498	32.037	33.046	35.766	41.323	37.474	34.291	33.905	32.558	31.274	29.068	21.005	390.245
RJ	966.615	1.009.454	890.500	863.172	930.436	1.017.193	1.047.227	1.168.783	102.461	101.869	117.992	115.025	111.000	117.440	124.213	117.877	123.318	121.348	117.924	90.860	1.361.327
SP	3.142.311	3.342.485	3.067.642	2.972.094	3.426.878	3.811.240	4.074.928	4.635.279	434.228	466.625	469.995	530.394	451.610	480.371	474.689	474.671	477.837	454.158	394.450	271.401	5.380.429
PR	656.104	735.560	710.236	735.432	860.828	898.971	933.008	1.067.382	99.429	106.061	117.350	117.384	103.012	106.497	112.894	107.904	113.657	111.010	93.675	61.475	1.250.348
SC	468.212	525.573	531.525	556.244	655.009	692.088	730.675	830.160	84.953	91.470	85.495	81.739	74.638	79.031	81.405	82.162	82.778	85.783	72.172	48.379	950.005
RS	761.293	814.128	757.568	777.864	914.638	869.708	881.310	986.199	101.674	105.541	113.092	105.505	89.188	89.983	96.814	95.235	97.900	102.617	95.509	68.428	1.161.486
MS	113.595	127.138	131.314	140.349	162.065	163.467	170.662	193.899	21.722	21.022	22.682	22.096	21.846	21.464	20.609	20.391	20.592	21.490	17.990	11.049	242.953
MT	151.152	174.754	182.489	201.391	253.451	240.380	227.021	268.853	26.572	29.480	26.738	28.573	27.225	31.142	31.110	28.981	30.613	29.084	22.046	15.449	327.013
GO	265.797	292.087	298.605	301.347	346.598	380.208	386.167	454.710	45.502	46.287	45.415	53.816	46.808	49.804	46.436	47.146	48.059	47.379	40.605	28.494	545.751
DF	168.172	185.868	164.092	159.672	180.282	195.838	200.528	216.939	19.766	21.619	23.486	22.059	20.525	22.768	21.585	23.931	21.459	21.744	22.108	15.540	256.590
Total	9.668.132	10.351.643	9.812.379	9.809.343	11.296.496	12.179.001	12.831.149	14.341.289	1.308.922	1.376.908	1.433.140	1.503.158	1.389.589	1.492.051	1.502.808	1.484.006	1.554.571	1.451.205	1.275.674	887.299	16.659.331

Fonte: Caged/MTE.
a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.2

Desligamentos por UF

	2000 ^a	2001 ^a	2002 ^a	2003 ^a	2004 ^a	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^a	Jan./2008	Fev./2008	Mar./2008	Abr./2008	Mai./2008	Jun./2008	Jul./2008	Agô./2008	Set./2008	Out./2008	Nov./2008	Dez./2008	Jan.-dez./ 2008
RO	43.913	46.598	46.444	52.369	59.584	64.807	64.978	71.001	6.028	6.819	7.008	6.674	7.680	6.597	8.177	7.434	7.405	8.785	7.855	9.290	89.752
AC	8.241	9.994	10.872	10.881	11.064	12.607	16.400	16.374	2.166	1.679	1.591	1.312	1.299	1.321	1.716	1.508	1.661	1.944	1.924	2.528	20.649
AM	70.035	82.873	75.316	77.977	94.889	111.964	130.620	138.976	13.284	13.594	12.977	11.869	13.266	12.125	14.344	14.073	15.294	17.847	16.862	20.689	176.224
RR	4.813	5.612	5.180	5.719	6.397	6.765	7.269	8.180	786	959	891	955	1.212	1.103	1.218	1.064	1.115	1.211	960	953	12.427
PA	114.331	131.949	130.435	148.360	163.473	190.682	200.287	215.206	20.808	20.558	22.652	19.600	19.946	19.303	22.468	21.845	22.634	24.641	23.310	25.848	263.613
AP	8.549	8.980	8.704	10.938	9.995	13.273	13.878	16.337	1.603	1.562	1.380	1.338	1.531	1.530	1.806	2.022	1.785	1.700	1.457	1.993	19.707
TO	26.223	30.406	30.880	29.700	35.833	41.369	42.069	45.034	3.730	3.793	4.027	4.407	4.262	4.471	5.146	4.697	5.325	5.994	6.482	6.471	58.805
MA	53.488	65.606	57.316	56.577	60.392	72.972	80.603	95.585	8.950	8.367	9.360	9.164	9.761	10.274	10.808	9.850	9.034	12.706	13.464	13.657	125.395
PI	45.542	48.283	41.549	44.158	42.949	47.559	52.283	53.886	4.801	4.955	5.045	4.294	4.260	4.614	5.736	5.194	5.063	5.120	6.792	6.662	62.536
CE	194.972	206.436	184.751	191.938	195.965	209.762	233.481	256.111	30.252	26.500	23.124	23.302	23.667	22.801	25.734	23.663	24.020	27.219	27.363	26.372	304.017
RN	76.808	97.249	86.992	98.042	119.293	119.443	131.626	131.380	13.570	14.653	11.417	11.656	11.267	10.940	12.296	12.158	11.150	12.545	12.828	13.954	148.434
PB	64.310	78.422	67.029	70.459	60.758	68.845	71.516	80.623	7.387	13.666	10.918	6.639	6.547	6.137	7.179	7.118	6.587	6.627	6.757	7.969	93.531
PE	220.157	257.336	236.905	237.584	237.539	271.524	294.679	307.619	30.776	31.469	36.176	31.755	25.692	21.907	27.006	26.158	26.389	33.789	32.024	32.087	355.228
AL	68.987	86.998	80.373	82.405	90.169	98.132	98.000	109.678	7.449	8.111	23.578	16.307	13.865	5.541	5.814	6.507	6.219	8.356	7.673	7.585	117.005
SE	47.850	54.030	45.108	50.469	52.091	56.590	62.771	67.143	6.650	5.730	6.369	6.672	6.871	5.751	6.498	5.829	5.822	6.591	6.157	7.532	76.472
BA	309.138	344.672	311.240	323.186	353.352	406.541	448.123	472.531	44.852	43.188	41.102	43.637	43.480	46.015	49.256	49.263	49.582	60.162	49.212	50.029	569.778
MG	1.232.164	1.253.526	1.180.740	1.199.582	1.277.161	1.424.471	1.553.713	1.652.157	136.377	133.621	139.626	143.946	144.437	146.587	172.158	166.395	178.658	202.254	182.017	192.622	1.938.698
ES	189.419	199.816	197.932	209.792	219.136	250.795	282.316	314.507	26.731	27.813	28.395	27.563	30.319	36.249	32.437	30.385	27.344	30.129	30.207	33.299	360.871
RJ	905.395	950.034	817.854	804.625	822.606	896.082	931.069	1.023.997	102.644	91.581	99.109	94.201	94.805	100.319	105.199	100.312	100.874	107.108	100.377	110.202	1.206.731
SP	2.901.429	3.159.516	2.867.964	2.800.585	2.929.226	3.338.309	3.602.301	4.023.740	369.116	367.973	379.413	385.455	375.876	377.645	410.624	391.079	405.569	419.805	415.334	556.933	4.854.822
PR	627.961	681.703	651.647	673.062	738.180	826.597	846.612	945.021	87.112	91.331	92.265	91.037	86.273	92.553	99.259	93.209	96.253	105.009	93.847	111.297	1.139.445
SC	438.133	473.725	482.084	510.563	564.258	628.457	669.353	746.530	67.401	78.521	79.591	74.152	70.455	70.390	73.820	70.011	70.404	76.807	68.325	76.222	876.099
RS	707.801	763.819	714.880	730.183	797.816	843.445	829.211	891.875	82.645	85.461	94.618	91.927	86.892	81.993	92.292	90.421	87.360	93.744	87.473	96.106	1.070.932
MS	107.130	116.204	119.843	127.849	141.978	158.855	164.155	181.977	17.636	16.992	17.772	19.504	18.520	17.955	21.557	18.829	18.406	20.085	19.679	26.152	233.087
MT	147.069	161.772	171.610	185.078	225.683	246.156	222.890	244.297	19.888	20.476	23.712	25.167	24.343	21.808	25.323	26.010	27.217	29.334	30.071	30.771	304.120
GO	243.807	270.706	279.342	280.568	309.345	348.536	365.106	413.557	34.345	34.610	36.483	39.073	40.326	37.925	41.614	40.184	41.976	49.717	46.843	55.308	498.404
DF	152.871	174.299	146.975	151.261	154.088	170.482	187.154	200.575	19.014	17.963	17.985	17.030	19.753	18.755	20.105	19.665	18.584	20.575	21.202	19.714	230.345
Total	9.010.536	9.760.564	9.049.965	9.163.910	9.773.220	10.925.020	11.602.463	12.723.897	1.166.001	1.171.945	1.226.584	1.208.636	1.186.605	1.182.609	1.299.590	1.244.883	1.271.730	1.389.804	1.316.495	1.542.245	15.207.127

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.3
Variação do nível de emprego por UF

	2000 ^a	2001 ^a	2002 ^a	2003 ^a	2004 ^a	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^a	Jan./2008	Feb./2008	Mar./2008	Abr./2008	Mai./2008	Jun./2008	Jul./2008	Ago./2008	Set./2008	Out./2008	Nov./2008	Dez./2008	Jan.-dez./2008
RO	2.875	2.475	4.755	3.399	6.035	4.884	4.671	8.333	535	608	501	683	129	1.380	908	1.362	1.466	612	379	-3.183	5.380
AC	1.331	1.422	815	-153	820	2.336	1.180	-96	-410	127	77	182	816	637	343	346	220	-19	-340	-1.480	499
AM	13.044	6.149	11.097	10.136	22.731	19.939	13.005	22.584	840	497	2.054	2.781	2.041	6.002	3.529	4.634	4.077	-453	-4.196	-13.070	8.736
RR	145	403	41	247	914	1.463	668	1.342	285	102	311	363	-299	-202	-192	-72	46	266	270	-304	574
PA	15.174	11.401	13.320	12.470	38.204	17.797	20.806	28.003	-369	923	-1.447	1.969	2.050	5.497	3.711	5.939	3.544	183	-1.899	-11.375	8.726
AP	1.374	755	787	-239	2.906	1.311	1.412	1.704	-292	-47	171	462	214	326	240	384	288	524	381	-702	1.949
TO	1.606	-443	425	3.026	5.803	994	2.140	7.105	617	390	553	957	1.335	1.788	204	351	565	-751	-1971	-3.328	710
MA	3.846	3.633	3.242	6.093	10.039	12.882	13.732	16.178	554	1.015	1.248	2.909	1.705	3.445	5.300	4.815	4.165	818	-919	-5.711	19.344
PI	2.312	-156	5.326	1.953	5.890	6.562	7.540	7.901	17	155	450	1.377	1.910	2.559	993	2.118	2.118	1.784	180	-2.337	11.324
CE	17.779	17.081	30.831	18.645	31.240	30.875	33.560	39.722	-4.905	-1.543	2.973	885	3.510	9.563	10.629	9.947	7.596	4.300	4.245	-5.759	41.441
RN	8.962	5.865	10.756	7.080	17.992	18.396	15.341	15.004	-1.909	-3.061	813	396	851	3.442	4.343	7.160	4.593	1.424	-118	-4.403	13.531
PB	5.005	-141	7.160	-3.352	12.713	10.768	13.076	12.157	318	-6.060	-3.505	848	632	1.725	3.486	8.191	3.567	1.646	1.447	-2.400	9.895
PE	19.866	13.509	17.173	13.829	37.426	40.230	38.885	46.348	-2.667	-4.770	-8.682	-4.029	4.361	11.357	6.382	13.367	38.142	4.945	2.802	-8.408	52.800
AL	11.904	6.731	7.812	10.872	9.682	5.705	12.055	-505	-1.179	-2.528	-18.496	-10.416	-7.645	284	2.218	1.506	36.752	6.388	-767	-2.795	3.322
SE	3.244	796	10.836	2.482	9.891	7.644	7.588	8.785	44	1.263	-29	323	174	1.170	780	2.414	3.565	2.044	1.770	-2.480	11.038
BA	29.631	13.149	37.298	26.502	52.724	63.952	25.089	58.720	2.714	810	10.595	11.990	13.619	6.427	6.685	4.793	5.313	-6.446	-353	-15.225	40.922
MG	39.586	31.361	95.416	75.649	175.254	155.409	152.294	168.398	10.455	27.792	33.021	35.594	37.968	73.660	31.843	19.770	12.040	-29.438	-33.921	-88.062	130.722
ES	18.257	21.820	23.552	13.003	36.007	40.660	31.969	25.074	1.767	4.224	4.651	8.203	11.004	1.225	1.854	3.520	5.214	1.145	-1.139	-12.294	29.374
RJ	61.220	59.420	72.646	58.547	107.830	121.111	116.158	144.786	-183	10.288	18.883	20.824	16.195	17.121	19.014	17.565	22.444	14.240	17.547	-19.342	154.596
SP	240.882	182.969	199.678	171.509	497.652	472.931	472.627	611.539	65.112	98.652	90.582	144.939	75.734	102.726	64.065	83.592	72.268	34.353	-20.884	-285.532	525.607
PR	28.143	53.857	58.589	62.370	122.648	72.374	86.396	122.361	12.317	14.730	25.085	26.347	16.739	13.944	13.635	14.695	17.404	6.001	-172	-49.822	110.903
SC	30.079	51.848	49.441	45.681	90.751	63.631	61.322	83.630	17.552	12.949	5.904	7.587	4.183	8.641	7.585	12.151	12.374	8.976	3.847	-27.843	73.906
RS	53.492	50.309	42.688	47.681	116.822	26.263	52.099	94.324	19.029	20.080	18.474	13.578	2.296	7.990	4.522	4.814	10.540	8.873	8.036	-27.678	90.554
MS	6.465	10.934	11.471	12.500	20.087	4.612	6.507	11.922	4.086	4.030	4.910	2.592	3.326	3.509	-948	1.562	2.186	1.405	-1.689	-15.103	9.866
MT	4.083	12.982	10.879	16.313	27.768	-5.776	4.131	24.556	6.684	9.004	3.026	3.406	2.882	9.334	5.787	2.971	3.396	-250	-8.025	-15.322	22.893
GO	21.990	21.381	19.263	20.779	37.253	31.672	21.061	41.153	11.157	11.677	8.932	14.743	6.482	11.879	4.822	6.962	6.083	-2.338	-6.238	-26.814	47.347
DF	15.301	11.569	17.117	8.411	26.194	25.356	13.374	16.364	752	3.656	5.501	5.029	772	4.013	1.480	4.266	2.875	1.169	906	-4.174	26.245
Total	657.596	591.079	762.414	645.433	1.523.276	1.253.981	1.228.686	1.617.392	142.921	204.963	206.556	294.522	202.984	309.442	203.218	239.123	282.841	61.401	-40.821	-654.946	1.452.204

Fonte: Caged/MTE.
a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.4

Admissões por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999 ^a	30.619	1.794.460	50.091	919.971	1.882.359	2.940.430	86.262	457.624	19.609	8.181.425
2000 ^a	36.878	2.066.171	46.848	1.052.518	2.109.061	3.426.286	79.794	840.289	10.287	9.668.132
2001 ^a	34.171	2.121.599	66.214	1.116.777	2.293.126	3.712.195	97.241	905.673	4.647	10.351.643
2002 ^a	31.582	2.026.046	46.818	1.032.656	2.234.658	3.402.894	88.016	949.651	59	9.812.380
2003 ^a	33.158	2.040.075	39.441	926.269	2.274.583	3.390.358	72.855	1.031.572	1.032	9.809.343
2004 ^a	40.357	2.512.042	47.204	1.005.910	2.639.535	3.767.385	72.036	1.211.892	135	11.296.496
2005 ^a	45.115	2.551.984	63.288	1.091.798	2.912.498	4.218.210	97.546	1.198.355	207	12.179.001
2006 ^a	46.759	2.692.463	66.406	1.257.480	2.940.198	4.717.250	85.068	1.025.525	0	12.831.149
2007 ^a	48.370	3.126.985	61.347	1.428.582	3.298.542	4.969.393	97.321	1.310.749	0	14.341.289
2008	Janeiro	3.889	289.510	6.321	151.881	290.635	451.792	108.816	0	1.308.922
	Fevereiro	4.036	306.688	6.149	145.455	284.034	488.789	120.194	0	1.376.908
	Março	4.672	324.427	7.178	151.821	308.929	512.047	111.705	0	1.433.140
	Abril	5.243	357.259	6.833	158.097	312.357	513.161	138.493	0	1.503.158
	Maiio	5.164	297.417	6.299	158.829	300.341	472.059	141.256	0	1.389.589
	Junho	5.083	305.198	6.100	169.360	315.756	492.507	188.657	0	1.492.051
	Julho	5.131	311.570	6.200	180.852	322.898	509.570	152.921	0	1.502.808
	Agosto	5.102	319.198	6.046	177.557	327.209	531.702	110.281	0	1.484.006
	Setembro	5.285	376.379	6.009	180.580	338.907	537.091	104.959	0	1.554.571
	Outubro	4.645	299.041	5.186	168.202	354.477	516.994	98.353	0	1.451.205
	Novembro	3.955	221.602	4.627	142.747	348.992	467.804	82.593	0	1.275.674
	Dezembro	1.956	117.476	4.046	81.156	270.353	362.849	46.891	0	887.299
	Jan.-dez./2008	54.161	3.525.765	70.994	1.866.537	3.774.888	5.856.365	1.405.119	0	16.659.331

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.5
Desligamentos por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999 ^a	31.951	1.779.561	66.090	1.033.114	1.867.783	2.925.528	77.086	577.175	19.138	8.377.426
2000 ^a	33.169	1.873.308	62.138	1.054.145	1.933.589	3.142.358	76.612	830.494	4.723	9.010.536
2001 ^a	31.720	2.017.777	64.674	1.150.181	2.083.321	3.401.233	85.467	922.801	3.390	9.760.564
2002 ^a	25.999	1.864.875	41.541	1.062.081	1.951.397	3.117.097	77.812	909.072	91	9.049.965
2003 ^a	26.553	1.911.284	36.294	974.424	2.048.675	3.130.073	63.025	973.374	208	9.163.910
2004 ^a	30.020	2.007.432	42.638	955.147	2.235.595	3.297.262	72.418	1.132.618	90	9.773.220
2005 ^a	35.585	2.374.436	49.755	1.006.745	2.522.683	3.648.505	75.947	1.211.233	131	10.925.020
2006 ^a	34.707	2.442.224	59.037	1.171.684	2.603.404	4.195.641	76.815	1.018.951	0	11.602.463
2007 ^a	38.608	2.732.401	53.595	1.251.827	2.893.451	4.382.290	82.069	1.289.656	0	12.723.897
2008	3.148	230.465	4.956	113.238	304.779	402.715	5.919	100.781	0	1.166.001
Janeiro										
Fevereiro	3.320	259.876	5.050	117.881	270.228	414.348	6.287	94.955	0	1.171.945
Março	3.433	284.038	5.542	118.384	289.335	422.975	6.614	96.263	0	1.226.584
Abril	3.175	274.519	5.227	126.026	277.624	415.735	6.464	99.866	0	1.208.636
Maio	3.300	260.716	5.591	130.159	270.420	416.698	5.572	94.149	0	1.186.605
Junho	3.338	252.984	5.231	132.602	267.543	419.071	5.763	96.077	0	1.182.609
Julho	3.681	274.075	5.080	145.774	297.606	458.278	7.115	107.981	0	1.299.590
Agosto	3.523	264.622	4.926	141.675	273.050	436.511	5.300	115.276	0	1.244.883
Setembro	3.804	262.377	4.963	147.811	285.647	432.438	4.419	130.271	0	1.271.730
Outubro	4.554	290.311	5.860	166.053	299.887	480.852	5.512	136.775	0	1.389.804
Novembro	5.137	302.391	5.577	165.478	271.106	428.508	5.183	133.115	0	1.316.495
dezembro	5.077	390.716	5.026	163.588	285.445	479.977	31.038	181.378	0	1.542.245
Jan.-dez./2008	45.490	3.347.090	63.029	1.668.669	3.392.670	5.208.106	95.186	1.386.887	0	15.207.127

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.6

Varição do nível de emprego formal por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999 ^a	-1.332	14.899	-15.999	-113.143	14.576	14.902	9.176	-119.551	471	-196.001
2000 ^a	3.709	192.863	-15.290	-1.627	175.472	283.928	3.182	9.795	5.564	657.596
2001 ^a	2.451	103.822	1.540	-33.404	209.805	310.962	11.774	-17.128	1.257	591.079
2002 ^a	5.583	161.171	5.277	-29.425	283.261	285.797	10.204	40.579	-33	762.414
2003 ^a	6.605	128.791	3.147	-48.155	225.908	260.285	9.830	58.198	824	645.433
2004 ^a	10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	-382	79.274	45	1.523.276
2005 ^a	9.530	177.548	13.533	85.053	389.815	569.705	21.599	-12.878	47	1.253.952
2006 ^a	12.052	250.239	7.369	85.796	336.794	521.609	8.253	6.574	0	1.228.686
2007 ^a	9.762	394.584	7.752	176.755	405.091	587.103	15.252	21.093	0	1.617.392
2008	741	59.045	1.365	38.643	-14.144	49.077	159	8.035	0	142.921
Fevereiro	716	46.812	1.099	27.574	13.806	74.441	15.276	25.239	0	204.963
Março	1.239	40.389	1.636	33.437	19.594	89.072	5.747	15.442	0	206.556
Abril	2.068	82.740	1.606	32.071	34.733	97.426	5.251	38.627	0	294.522
Maio	1.864	36.701	708	28.670	29.921	55.361	2.652	47.107	0	202.984
Junho	1.745	52.214	869	36.758	48.213	73.436	3.627	92.580	0	309.442
Julho	1.450	37.495	1.120	35.078	25.292	51.292	6.551	44.940	0	203.218
Agosto	1.579	54.576	1.120	35.882	54.159	95.191	1.611	-4.995	0	239.123
Setembro	1.481	114.002	1.046	32.769	53.260	104.653	942	-25.312	0	282.841
Outubro	91	8.730	-674	2.149	54.590	36.142	-1.205	-38.422	0	61.401
Novembro	-1.182	-80.789	-950	-22.731	77.886	39.296	-1.829	-50.522	0	-40.821
Dezembro	-3.121	-273.240	-980	-82.432	-15.092	-117.128	-28.466	-134.487	0	-654.946
Jan.-dez./2008	8.671	178.675	7.965	197.868	382.218	648.259	10.316	18.232	0	1.452.204

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.1

Taxa de desemprego por região metropolitana: PME

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	12,5	15,0	10,6	10,1	12,7	8,8	11,7	n.d.	n.d.
2003	13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,3	8,9	12,1
2004	12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5	8,1	11,2
2005	13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4	9,8	7,4	9,7
2006	14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0	10,0	6,9	9,8
2007	12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3	9,3	6,2	9,1
2008 Janeiro	10,1	11,3	6,7	6,4	8,6	6,2	8,0	4,8	7,8
Fevereiro	11,0	12,2	7,7	7,0	9,3	6,4	8,7	5,9	8,5
Março	9,7	12,8	7,2	6,7	9,4	6,9	8,6	5,8	8,4
Abril	9,3	11,9	6,9	7,1	9,4	6,7	8,5	6,3	8,3
Maio	8,7	11,3	6,8	6,4	8,6	6,1	7,9	6,2	7,8
Junho	8,5	12,1	7,4	6,6	8,2	6,1	7,8	6,2	7,7
Julho	10,1	12,1	6,8	7,3	8,3	6,0	8,1	5,8	7,9
Agosto	8,3	11,6	6,1	6,9	8,0	5,3	7,6	5,4	7,4
Setembro	8,9	11,3	6,1	6,9	8,0	5,7	7,6	4,5	7,4
Outubro	8,9	10,7	5,9	7,0	7,7	5,6	7,5	4,6	7,3
Novembro	9,7	10,3	5,2	6,9	8,2	5,3	7,6	4,8	7,4
Dezembro	7,8	10,0	5,5	6,2	7,1	4,7	6,8	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2008	9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9	7,9	5,5	7,8

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA IV.2

Taxa de desemprego aberto: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2002 ^a	12,1	12,7	10,0	16,4	11,3	11,5
2003	12,7	14,5	11,0	17,1	13,6	14,7
2004	11,8	13,2	10,7	15,0	14,4	12,7
2005	10,6	12,4	10,3	14,3	13,8	11,0
2006	10,4	11,4	10,3	14,9	13,5	9,8
2007	10,1	11,5	9,6	13,9	12,4	8,8
2008 Janeiro	9,3	10,9	8,4	11,7	11,3	8,2
Fevereiro	9,1	11,4	8,3	11,9	11,7	8,6
Março	9,6	12,2	8,7	12,3	12,3	8,7
Abril	9,8	12,4	9,0	12,6	12,6	8,6
Maio	9,8	11,7	9,2	12,4	13,1	8,2
Junho	9,7	10,9	8,7	12,2	12,7	7,6
Julho	9,6	10,0	8,7	12,2	13,4	7,4
Agosto	9,4	10,1	8,3	12,2	13,0	7,4
Setembro	9,3	10,4	8,3	12,2	12,5	7,0
Outubro	8,5	10,5	7,9	12,6	11,2	6,7
Novembro	8,6	10,4	7,7	11,9	10,9	6,4
Dezembro	8,3	9,9	7,4	11,7	10,2	6,7
Jan.-dez./2008	9,3	10,9	8,4	12,2	12,1	7,6

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.3

Taxa de desemprego oculto por desalento: PED
(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2002 ^a	2,0	3,6	1,8	3,2	4,5	2,4
2003	2,1	3,6	2,0	3,4	4,7	2,8
2004	1,9	3,7	1,7	3,1	4,5	2,6
2005	1,6	3,0	1,4	2,8	4,1	2,7
2006	1,5	3,2	1,3	2,1	3,8	2,0
2007	1,3	2,9	1,1	1,7	3,5	1,6
2008 Janeiro	1,0	3,1	n.d.	2,1	3,0	1,5
Fevereiro	1,2	3,1	n.d.	2,8	3,1	1,5
Março	1,3	3,1	n.d.	2,9	3,2	1,5
Abril	1,1	2,9	n.d.	2,7	3,3	1,3
Maio	1,1	2,8	n.d.	2,5	2,9	1,2
Junho	1,1	2,8	n.d.	2,3	3,1	1,1
Julho	1,2	2,7	n.d.	2,3	3,5	1,2
Agosto	1,3	2,7	n.d.	2,2	3,6	1,2
Setembro	1,1	2,4	n.d.	1,9	3,2	1,3
Outubro	1,0	2,6	n.d.	2,0	2,8	1,3
Novembro	0,9	2,4	n.d.	1,9	2,7	1,0
Dezembro	1,0	2,6	n.d.	2,3	3,1	0,9
Jan.-dez./2008	1,1	2,8	n.d.	2,3	3,1	1,3

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA IV.4

Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED
(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2002 ^a	4,9	4,3	3,5	7,7	4,7	4,1
2003	5,1	4,6	3,6	7,6	4,6	4,7
2004	5,1	4,2	3,6	7,6	4,5	4,1
2005	4,9	3,7	2,9	7,4	4,3	3,3
2006	4,1	4,2	2,8	6,7	4,1	2,2
2007	3,6	3,4	2,4	6,2	4,0	1,8
2008 Janeiro	3,3	2,9	n.d.	6,0	3,9	1,3
Fevereiro	3,3	3,1	n.d.	6,2	4,1	1,3
Março	3,4	2,9	n.d.	5,8	4,3	1,2
Abril	3,3	3,0	n.d.	5,5	4,2	1,3
Maio	3,3	2,9	n.d.	5,9	4,5	1,3
Junho	3,1	3,1	n.d.	6,1	4,8	1,2
Julho	3,2	3,1	n.d.	6,0	4,7	1,0
Agosto	3,3	3,1	n.d.	5,5	4,7	1,1
Setembro	3,1	3,0	n.d.	5,6	4,7	1,2
Outubro	3,0	2,9	n.d.	5,8	4,9	1,0
Novembro	2,8	2,9	n.d.	6,1	4,6	0,9
Dezembro	2,5	2,9	n.d.	5,8	4,6	0,8
Jan.-dez./2008	3,1	3,0	n.d.	5,9	4,5	1,1

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.5

Taxa de desemprego total: PED
(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2002 ^a	19,1	20,7	15,4	27,4	20,5	18,1
2003	19,9	22,8	16,6	28,1	22,9	19,8
2004	18,8	21,1	15,9	25,7	23,3	19,4
2005	17,0	19,1	14,6	24,5	22,2	16,9
2006	15,9	18,8	14,4	23,7	21,4	14,0
2007	15,0	17,8	12,9	21,9	19,9	12,3
2008 Janeiro	13,6	16,9	11,2	19,8	18,2	11,0
Fevereiro	13,6	17,6	11,3	20,9	18,9	11,4
Março	14,3	18,2	11,7	21,0	19,8	11,4
Abril	14,2	18,4	12,0	20,8	20,1	11,2
Maior	14,1	17,4	12,2	20,8	20,5	10,7
Junho	13,9	16,9	11,9	20,6	20,6	9,9
Julho	14,1	15,8	11,9	20,4	21,6	9,6
Agosto	14,0	15,9	11,3	19,9	21,3	9,7
Setembro	13,5	15,8	11,2	19,7	20,4	9,5
Outubro	12,5	16,0	10,6	20,4	18,9	9,0
Novembro	12,3	15,7	10,2	19,9	18,2	8,3
Dezembro	11,8	15,4	9,8	19,8	17,9	8,4
Jan.-dez./2008	13,5	16,7	11,3	20,3	19,7	10,0

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.6

Taxa de desemprego por gênero: PME
(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	9,9	13,9
2003	10,1	15,2
2004	9,1	14,4
2005	7,8	12,4
2006	8,1	12,2
2007	7,4	11,6
2008 Janeiro	6,2	10,1
Fevereiro	6,7	11,1
Março	6,5	11,0
Abril	6,6	10,8
Maior	6,2	10,0
Junho	6,1	9,9
Julho	6,2	10,3
Agosto	5,9	9,6
Setembro	5,8	9,8
Outubro	5,8	9,4
Novembro	5,8	9,7
Dezembro	5,2	8,6
Jan.-dez./2008	6,1	10,0

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.7

Taxa de desemprego por grau de instrução: PME

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 ^a	12,0	15,4	9,6
2003	12,0	16,6	10,7
2004	10,5	15,8	10,4
2005	8,8	13,4	9,1
2006	8,9	13,6	9,2
2007	8,1	12,6	8,8
2008 Janeiro	6,8	10,3	7,8
Fevereiro	7,4	11,7	8,3
Março	7,3	10,8	8,4
Abril	7,6	11,6	7,9
Maio	6,7	10,5	7,6
Junho	6,5	10,7	7,5
Julho	6,6	10,6	8,0
Agosto	6,5	10,1	7,3
Setembro	6,5	10,8	7,2
Outubro	6,4	10,4	6,9
Novembro	6,7	10,7	7,0
Dezembro	5,7	9,5	6,4
Jan.-dez./2008	6,7	10,6	7,5

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.8

Taxa de desemprego por faixa etária: PME

(Em %)

Período	15-17	18-24	25-49	> = 50
2002 ^a	34,2	21,6	9,0	4,9
2003	38,2	23,4	9,4	5,3
2004	35,4	22,5	8,7	4,7
2005	33,3	20,6	7,4	3,7
2006	32,6	21,0	7,6	3,7
2007	31,9	19,8	7,2	3,2
2008 Janeiro	30,7	17,5	6,1	2,8
Fevereiro	33,1	18,8	6,6	3,1
Março	30,3	19,3	6,4	3,0
Abril	33,2	17,9	6,6	2,9
Maio	30,6	16,9	6,2	2,5
Junho	27,6	16,9	6,1	2,8
Julho	25,6	17,0	6,6	3,0
Agosto	27,0	15,5	6,2	2,8
Setembro	27,8	15,5	6,2	2,8
Outubro	27,0	15,5	6,0	2,8
Novembro	28,1	15,1	6,3	2,7
Dezembro	24,1	13,5	5,8	2,3
Jan.-dez./2008	28,8	16,6	6,3	2,8

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.9

Taxa de desemprego por posição na família: PME
(Em %)

Período	Chefe	Outros
2002 ^a	7,1	15,7
2003	7,2	16,9
2004	6,4	15,9
2005	5,6	13,6
2006	5,6	13,7
2007	5,0	12,9
2008		
Janeiro	4,3	11,1
Fevereiro	4,7	12,1
Março	4,4	12,1
Abril	4,5	12,0
Maio	4,2	11,1
Junho	4,2	11,0
Julho	4,4	11,3
Agosto	4,2	10,5
Setembro	4,3	10,5
Outubro	4,3	10,1
Novembro	4,2	10,4
Dezembro	3,9	9,3
Jan.-dez./2008	4,3	11,0

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.10

Composição do desemprego por gênero: PME
(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	47,7	52,3
2003	45,4	54,6
2004	43,6	56,4
2005	43,5	56,5
2006	44,8	55,2
2007	43,4	56,6
2008		
Janeiro	42,3	57,7
Fevereiro	42,3	57,7
Março	41,8	58,2
Abril	42,3	57,7
Maio	42,5	57,5
Junho	42,2	57,8
Julho	41,5	58,5
Agosto	42,1	57,9
Setembro	41,0	59,0
Outubro	42,2	57,8
Novembro	41,0	59,0
Dezembro	41,6	58,4
Jan.-dez./2008	41,9	58,1

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.11

Composição do desemprego por posição na família: PME
(Em %)

Período	Chefe	Outros
2002 ^a	29,1	70,9
2003	27,6	72,4
2004	26,1	73,9
2005	26,4	73,6
2006	26,1	73,9
2007	24,8	75,2
2008		
Janeiro	25,1	74,9
Fevereiro	24,8	75,2
Março	24,1	75,9
Abril	24,4	75,6
Maio	24,5	75,5
Junho	24,6	75,4
Julho	25,2	74,8
Agosto	25,9	74,1
Setembro	25,8	74,2
Outubro	27,0	73,0
Novembro	25,8	74,2
Dezembro	26,8	73,2
Jan.-dez./2008	25,3	74,7

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.12

Composição do desemprego por faixa etária: PME
(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	0,7	8,3	36,8	48,0	6,2
2003	0,9	9,0	36,5	47,0	6,6
2004	0,8	8,6	37,4	46,7	6,6
2005	0,5	8,1	38,5	46,4	6,4
2006	0,5	8,0	38,2	46,9	6,4
2007	0,6	7,6	37,7	48,0	6,2
2008					
Janeiro	0,8	7,7	37,3	47,9	6,3
Fevereiro	0,7	8,4	36,8	47,6	6,6
Março	0,7	7,9	38,8	46,0	6,5
Abril	1,0	8,7	36,7	47,3	6,3
Maio	0,5	8,5	37,0	48,1	5,9
Junho	0,6	7,2	37,4	48,0	6,9
Julho	0,6	6,5	36,1	49,7	7,1
Agosto	0,5	7,4	34,9	49,9	7,3
Setembro	0,6	7,6	35,1	49,8	7,0
Outubro	0,5	7,6	35,3	49,6	7,0
Novembro	0,6	7,5	33,7	51,5	6,7
Dezembro	0,3	6,8	32,9	53,4	6,6
Jan.-dez./2008	0,6	7,7	36,0	49,1	6,7

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.13

Composição do desemprego por grau de instrução: PME

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 ^a	36,2	26,9	36,8
2003	33,2	26,9	39,9
2004	29,9	26,9	43,2
2005	27,7	26,1	46,2
2006	26,4	25,8	47,9
2007	24,2	25,2	50,7
2008 Janeiro	22,9	23,2	53,9
Fevereiro	22,7	24,4	52,8
Março	22,5	23,2	54,3
Abril	23,7	24,8	51,5
Maio	22,5	24,7	52,8
Junho	22,3	25,0	52,7
Julho	21,8	23,9	54,3
Agosto	22,6	24,4	53,0
Setembro	22,1	25,6	52,3
Outubro	22,1	25,6	52,3
Novembro	22,9	25,5	51,6
Dezembro	21,6	25,1	53,3
Jan.-dez./2008	22,5	24,6	52,9

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.14

Composição do desemprego por faixa de duração: PME

(Em %)

Período	<1	1-6	7-11	12-23	> = 24
2002 ^a	20,8	40,8	9,8	14,4	14,3
2003	18,3	47,6	10,8	12,0	11,4
2004	20,5	43,6	9,8	13,5	12,6
2005	22,5	43,9	9,1	12,7	11,8
2006	21,6	46,5	9,3	12,4	10,2
2007	24,3	46,7	8,3	12,2	8,5
2008 Janeiro	26,4	43,9	7,8	13,2	8,7
Fevereiro	24,8	47,6	6,4	12,2	9,0
Março	22,0	50,7	6,6	11,3	9,4
Abril	22,0	51,0	6,0	11,8	9,1
Maio	23,5	48,6	7,6	11,5	8,8
Junho	23,4	50,0	7,1	10,7	8,8
Julho	24,4	49,3	7,6	9,8	8,8
Agosto	22,8	50,9	9,1	9,8	7,4
Setembro	23,9	49,1	10,9	9,0	7,2
Outubro	24,2	47,6	11,3	9,1	7,9
Novembro	23,9	48,6	10,6	9,4	7,5
Dezembro	24,0	49,6	9,4	10,2	6,9
Jan.-dez./2008	23,8	48,9	8,4	10,7	8,8

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

V. SEGURO-DESEMPREGO

TABELA V.1

Requerentes, segurados e valor médio do benefício

Período	Requerentes	Segurados	Taxa de habilitação	VMB ^a
2002 ^b	4.884.001	4.803.535	98,35	1,42
2003 ^b	5.051.407	5.362.968	97,98	1,38
2004 ^b	4.892.760	4.812.008	98,35	1,39
2005 ^b	5.473.693	5.362.968	97,98	1,36
2006 ^b	5.857.041	5.749.511	98,18	1,31
2007 ^b	6.290.818	6.182.997	98,29	1,29
2008 Janeiro	613.073	599.426	97,77	1,31
Fevereiro	544.597	533.873	98,03	1,31
Março	593.963	581.774	97,95	1,26
Abril	597.288	585.039	97,95	1,26
Maio	566.478	555.136	98,00	1,26
Junho	561.408	550.106	97,99	1,26
Julho	596.057	583.419	97,88	1,26
Agosto	543.766	531.633	97,77	1,27
Setembro	562.807	544.299	96,71	1,28
Outubro	490.606	469.673	95,73	1,29
Novembro	607.504	580.168	95,50	1,29
Dezembro	434.931	414.266	95,25	1,30
Jan.-dez./2008 ^b	6.712.478	6.528.812	97,26	1,28

Fonte: MTE.

Nota: A atualização das estatísticas do seguro-desemprego está sendo coletada na seção SAEG.net, no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

^a Valor médio do benefício em SMR.

^b Os valores anuais se referem à soma dos valores dos respectivos anos diferentemente das demais tabelas que são médias.

VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.1

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região

(Em R\$ de dezembro de 2008)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT ^a	Total
2002 ^b	938,45	940,26	1.102,13	1.296,20	1.437,09	1.197,24	1.284,50	n.d.	n.d.
2003	812,92	888,40	998,92	1.100,30	1.274,55	1.093,00	1.132,13	1.057,35	1.126,89
2004	792,67	870,22	996,75	1.087,56	1.254,51	1.099,88	1.118,10	1.090,78	1.116,18
2005	818,10	886,48	1.019,35	1.111,04	1.270,06	1.086,51	1.135,53	1.082,12	1.131,79
2006	856,80	934,48	1.060,03	1.141,41	1.334,70	1.122,75	1.180,83	1.167,23	1.179,88
2007	879,63	958,33	1.098,47	1.207,59	1.358,96	1.170,19	1.218,79	1.178,53	1.215,97
2008 Janeiro	886,96	989,10	1.089,05	1.198,17	1.407,02	1.198,19	1.240,44	1.278,63	1.243,12
Fevereiro	882,35	1.028,28	1.107,12	1.199,05	1.420,32	1.235,52	1.253,72	1.271,16	1.254,94
Março	844,23	996,46	1.141,11	1.217,89	1.392,64	1.237,42	1.246,81	1.249,65	1.247,01
Abril	908,93	965,68	1.122,19	1.283,73	1.389,96	1.218,80	1.259,55	1.227,52	1.257,31
Mai	857,41	1.003,74	1.135,49	1.262,23	1.375,26	1.187,68	1.247,57	1.216,82	1.245,42
Junho	826,57	1.013,23	1.113,68	1.283,90	1.366,15	1.176,75	1.244,17	1.172,79	1.239,17
Julho	842,67	1.014,36	1.140,65	1.290,63	1.360,17	1.162,48	1.245,59	1.200,33	1.242,42
Agosto	861,83	1.008,30	1.146,32	1.335,98	1.385,55	1.186,75	1.271,54	1.210,49	1.267,27
Setembro	868,00	1.065,64	1.184,83	1.316,68	1.401,08	1.198,65	1.283,27	1.241,14	1.280,32
Outubro	860,39	1.053,03	1.194,67	1.297,63	1.371,59	1.212,50	1.267,10	1.258,79	1.266,52
Novembro	872,50	1.064,97	1.176,31	1.298,16	1.403,52	1.191,02	1.278,26	1.267,29	1.277,49
Dezembro	897,70	1.068,20	1.236,80	1.266,70	1.419,50	1.190,20	1.284,90	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2008	867,46	1.022,58	1.149,02	1.270,90	1.391,06	1.199,66	1.260,24	1.235,87	1.258,54

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipades.

^a Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

^b Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VI.2

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região

(Em R\$ de novembro de 2008)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT ^a	Total
2002 ^b	920,75	952,55	1.102,68	1.268,67	1.446,88	1.167,55	1.278,79	n.d.	n.d.
2003	794,55	882,69	990,87	1.102,24	1.252,01	1.080,18	1.119,69	1.019,12	1.112,65
2004	770,62	865,12	990,80	1.087,64	1.269,71	1.095,05	1.121,90	1.044,36	1.116,47
2005	822,20	904,73	1.026,80	1.116,06	1.290,83	1.095,26	1.148,76	1.068,91	1.143,17
2006	875,72	951,93	1.074,82	1.149,61	1.362,70	1.136,53	1.199,85	1.176,57	1.198,22
2007	901,91	989,88	1.110,14	1.222,94	1.389,66	1.193,12	1.242,60	1.206,97	1.240,11
2007 Jan.-nov.	872,93	957,77	1.079,13	1.202,53	1.355,44	1.168,38	1.213,41	1.175,91	1.210,78
2008 Janeiro	879,27	1.023,24	1.081,17	1.184,24	1.401,85	1.229,41	1.238,86	1.253,72	1.239,90
Fevereiro	829,22	981,53	1.110,43	1.198,20	1.381,07	1.225,95	1.230,54	1.223,69	1.230,06
Março	902,85	947,69	1.085,07	1.275,68	1.373,31	1.222,54	1.245,13	1.199,41	1.241,93
Abril	847,81	993,87	1.116,01	1.257,56	1.379,31	1.183,77	1.244,22	1.196,48	1.240,88
Mai	818,86	1.007,84	1.092,72	1.282,70	1.362,04	1.178,47	1.239,00	1.142,79	1.232,26
Junho	825,65	1.003,89	1.118,53	1.278,95	1.347,96	1.161,81	1.232,92	1.171,86	1.228,64
Julho	839,11	979,31	1.124,43	1.334,06	1.381,18	1.176,53	1.262,07	1.185,02	1.256,68
Agosto	855,31	1.038,13	1.160,10	1.304,29	1.396,77	1.197,42	1.272,66	1.220,73	1.269,02
Setembro	848,66	1.034,74	1.169,16	1.292,54	1.367,83	1.206,85	1.258,97	1.232,31	1.257,10
Outubro	856,25	1.043,47	1.160,25	1.297,02	1.391,72	1.189,71	1.268,91	1.246,50	1.267,34
Novembro	905,50	1.093,65	1.261,66	1.366,26	1.530,62	1.246,22	1.366,78	n.d.	n.d.
Jan.-nov./2008	855,32	1.013,40	1.134,50	1.279,23	1.392,15	1.201,70	1.260,01	1.207,25	1.256,31

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipades.

^a Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

^b Média referente ao período fev.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VI.3

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação
(Em R\$ de dezembro de 2008)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2002 ^a	1.243,58	785,54	1.919,39	1.789,84	1.103,17	1.284,50
2003	1.150,53	721,86	1.033,11	1.663,14	893,93	1.132,13
2004	1.147,44	717,49	1.001,35	1.628,46	888,69	1.118,10
2005	1.137,77	748,63	1.028,90	1.689,63	906,85	1.135,53
2006	1.177,16	772,29	1.071,13	1.781,82	949,97	1.180,83
2007	1.188,50	811,09	1.096,16	1.891,70	1.012,76	1.218,79
2008 Janeiro	1.205,21	871,96	1.127,98	1.950,22	1.012,67	1.240,44
Fevereiro	1.195,24	847,33	1.116,96	1.948,59	1.018,13	1.253,72
Março	1.193,95	795,86	1.102,92	1.924,69	1.062,86	1.246,81
Abril	1.187,92	804,56	1.102,22	1.936,71	1.081,06	1.259,55
Maio	1.194,29	798,09	1.104,25	1.909,25	1.067,18	1.247,57
Junho	1.179,53	821,37	1.096,89	1.924,91	1.063,96	1.244,17
Julho	1.180,79	830,22	1.097,67	1.922,61	1.060,03	1.245,59
Agosto	1.226,41	854,29	1.138,07	1.978,97	1.081,78	1.271,54
Setembro	1.227,78	825,68	1.133,30	2.025,51	1.066,27	1.283,27
Outubro	1.222,69	815,02	1.128,93	2.036,30	1.060,55	1.267,10
Novembro	1.271,14	794,90	1.162,74	2.023,58	1.040,39	1.278,26
Dezembro	1.265,70	798,90	1.160,70	2.049,10	1.044,30	1.284,90
Jan.-dez./2008	1.212,55	821,51	1.122,72	1.969,20	1.054,93	1.260,24

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA VI.4

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação
(Em R\$ de novembro de 2008)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2002 ^a	1.266,73	759,55	1.131,40	1.818,35	1.054,13	1.278,79
2003	1.172,17	695,46	1.037,81	1.675,83	851,15	1.119,69
2004	1.176,68	702,47	1.039,83	1.657,18	863,78	1.121,90
2005	1.174,47	735,66	1.052,58	1.738,03	892,17	1.148,76
2006	1.224,38	758,87	1.103,27	1.860,47	926,16	1.199,85
2007	1.244,99	806,91	1.138,95	1.985,14	984,26	1.242,60
2007 Jan.-nov.	1.203,92	794,89	1.104,20	1.914,43	980,61	1.213,41
2008 Janeiro	1.201,40	826,57	1.116,98	1.966,09	974,37	1.238,86
Fevereiro	1.194,40	774,74	1.098,52	1.922,67	1.027,92	1.230,54
Março	1.189,76	771,74	1.096,32	1.940,42	1.047,97	1.245,13
Abril	1.202,42	782,77	1.107,02	1.918,78	1.044,78	1.244,22
Maio	1.188,09	803,15	1.099,29	1.934,03	1.043,01	1.239,00
Junho	1.185,77	814,82	1.097,92	1.931,66	1.022,34	1.232,92
Julho	1.228,19	833,48	1.134,50	1.979,88	1.059,53	1.262,07
Agosto	1.224,38	801,85	1.125,09	2.022,68	1.043,34	1.272,66
Setembro	1.226,36	796,01	1.127,33	2.040,49	1.031,74	1.258,97
Outubro	1.271,73	771,22	1.157,73	2.025,83	1.016,64	1.268,91
Novembro	1.397,10	806,34	1.264,21	2.231,34	1.043,10	1.366,78
Jan.-nov./2008	1.228,15	798,43	1.129,54	1.992,17	1.032,25	1.260,01

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período fev.-dez.

VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.5

Salário mínimo real

(Em R\$ de dezembro de 2008)

Período	SMR
2002	126,52
2003	174,62
2004	204,20
2005	244,43
2006	297,02
2007	341,24
2008	
Janeiro	359,33
Fevereiro	361,06
Março	396,32
Abril	398,86
Maio	402,69
Junho	406,35
Julho	408,71
Agosto	409,57
Setembro	410,18
Outubro	412,23
Novembro	413,80
Dezembro	415,00
Jan.-dez./2008	399,51

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

VII. INFORMALIDADE

TABELA VII.1

Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana (Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002 ^a	23,9	22,0	19,9	20,9	21,9	18,1	21,2	n.d.	n.d.
2003	24,6	22,0	21,4	20,5	23,1	18,6	21,9	17,6	21,9
2004	23,9	21,2	22,2	20,7	24,4	19,0	22,5	17,8	22,2
2005	23,5	22,4	20,8	20,4	24,3	19,1	22,3	16,3	22,0
2006	23,6	22,8	20,4	19,6	23,2	18,9	21,6	14,9	21,2
2007	22,2	21,9	20,7	18,6	21,9	18,8	20,7	15,0	20,3
2008									
Janeiro	20,5	22,2	19,4	18,1	20,6	18,2	19,8	16,6	19,6
Fevereiro	20,0	21,5	19,5	18,3	19,6	18,4	19,3	16,7	19,1
Março	19,0	20,1	20,0	18,6	19,9	18,3	19,4	16,9	19,2
Abril	20,4	20,8	19,7	17,8	19,9	19,1	19,4	16,8	19,2
Maiο	20,0	21,4	19,5	17,9	20,4	19,0	19,6	17,2	19,5
Junho	19,2	21,7	19,3	17,8	20,7	18,8	19,6	17,4	19,5
Julho	20,8	22,7	19,3	18,5	21,2	18,3	20,1	17,0	19,9
Agosto	20,8	23,3	19,7	18,3	21,0	19,2	20,2	17,3	20,0
Setembro	20,6	22,6	20,9	19,1	20,5	18,2	20,1	16,7	19,9
Outubro	19,2	22,6	19,3	18,4	20,4	17,9	19,7	16,4	19,5
Novembro	19,2	23,4	18,4	17,9	20,4	18,2	19,5	16,6	19,3
Dezembro	18,2	21,6	17,9	18,1	20,1	17,5	19,1	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2008	19,8	22,0	19,4	18,2	20,4	18,4	19,7	16,9	19,5

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipades.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VII.2

Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana (Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002 ^a	22,6	22,3	19,5	22,4	16,4	19,5	19,4	n.d.	n.d.
2003	24,1	22,4	19,4	22,6	17,5	19,5	20,0	20,9	20,2
2004	24,2	24,5	19,0	23,3	17,9	18,7	20,3	19,5	20,2
2005	22,6	23,1	18,6	23,2	16,5	17,8	19,4	19,5	20,2
2006	22,0	22,5	18,2	23,1	16,1	18,7	19,1	19,5	20,2
2007	21,2	22,7	17,8	22,8	17,2	18,2	19,4	19,8	19,4
2008									
Janeiro	22,1	22,1	17,7	23,4	17,0	17,0	19,3	18,7	19,3
Fevereiro	22,1	22,6	17,5	22,5	16,8	17,3	19,1	18,1	19,0
Março	22,5	22,5	17,0	22,8	17,0	17,7	19,2	18,5	19,2
Abril	21,6	22,3	17,0	22,5	16,2	17,3	18,7	17,9	18,6
Maiο	22,0	21,9	16,6	22,2	16,5	17,6	18,7	18,3	18,7
Junho	23,9	21,5	16,4	22,5	16,7	17,1	18,9	18,0	18,8
Julho	23,2	21,0	16,3	22,2	16,3	16,6	18,5	18,3	18,5
Agosto	22,6	21,1	17,1	22,4	16,8	16,8	18,8	18,1	18,8
Setembro	22,9	20,7	16,2	22,0	16,7	17,2	18,6	17,4	18,5
Outubro	23,7	19,9	16,0	21,5	16,6	17,8	18,5	17,6	18,4
Novembro	23,6	20,0	16,5	21,9	16,9	17,3	18,7	17,9	18,7
Dezembro	23,9	20,5	16,5	21,6	16,7	17,8	18,7	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2008	22,8	21,3	16,7	22,3	16,7	17,3	18,8	18,1	18,8

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipades.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VII.3

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002 ^a	88,8	84,5	59,2	66,9	65,1	54,3	66,9	60,6	76,9
2003	84,7	96,6	62,0	59,9	73,6	51,3	68,4	47,6	67,0
2004	74,2	91,8	78,8	54,6	74,9	48,4	67,4	51,8	66,4
2005	79,8	83,5	71,3	50,0	63,1	51,4	59,5	46,1	58,6
2006	91,8	81,7	63,9	56,2	59,1	55,0	61,2	46,5	60,2
2007	81,2	86,3	54,8	53,5	51,3	52,6	54,0	37,5	52,8
2007 Jan.-nov.	75,6	82,0	54,7	50,6	48,9	51,5	51,6	35,6	50,4
2008 Janeiro	66,4	59,2	55,1	53,9	37,0	47,9	45,3	27,4	44,0
Fevereiro	75,3	71,9	43,5	53,3	56,9	39,2	54,2	47,3	53,7
Março	64,2	52,7	53,0	54,9	52,4	59,9	54,2	30,6	52,4
Abril	71,7	55,7	53,5	48,1	57,5	40,5	53,6	33,5	52,2
Maio	70,4	69,7	53,0	28,0	55,2	40,7	47,9	42,3	47,6
Junho	87,6	79,9	51,7	22,4	51,0	39,4	45,5	46,0	45,6
Julho	66,8	79,7	37,9	33,7	50,5	54,0	47,4	46,8	47,3
Agosto	59,8	96,8	43,2	40,1	55,6	51,5	52,7	36,7	51,6
Setembro	77,1	97,2	39,4	58,7	50,3	56,7	54,1	39,2	53,0
Outubro	80,4	87,7	36,7	65,1	70,6	50,5	64,9	43,4	63,4
Novembro	76,4	98,6	45,6	62,0	83,7	67,7	73,3	n.d.	n.d.
Jan.-nov./2008	72,4	77,2	46,6	47,3	56,4	49,8	53,9	39,3	51,1

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período fev.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VII.4

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002 ^a	40,9	44,6	9,4	19,7	12,1	3,3	20,4	27,4	34,8
2003	62,5	63,7	18,4	35,3	34,8	8,3	37,7	8,9	35,6
2004	49,9	57,4	19,6	29,7	34,8	13,7	36,1	10,5	34,3
2005	42,3	54,2	19,4	25,0	29,5	11,4	31,6	-0,6	29,1
2006	54,3	58,1	13,8	27,7	31,4	1,6	32,1	-3,1	29,2
2007	44,8	61,3	12,9	22,0	24,8	5,0	26,4	0,8	24,4
2007 Jan.-nov.	39,0	56,1	9,6	18,1	22,0	2,0	22,8	-1,0	21,0
2008 Janeiro	31,3	49,4	8,6	18,0	20,9	9,1	23,3	2,9	21,7
Fevereiro	42,3	61,7	5,7	2,0	15,8	9,6	16,2	4,1	15,3
Março	26,9	51,1	4,5	-6,7	21,5	5,1	13,5	-2,5	12,3
Abril	30,1	63,3	6,3	0,4	16,6	5,3	15,1	-6,4	13,4
Maio	46,7	50,7	7,8	-5,5	20,6	-2,3	13,9	2,2	13,1
Junho	52,1	58,1	2,8	10,1	12,8	-2,1	16,0	6,9	15,3
Julho	41,6	57,3	10,0	14,1	10,8	-2,7	15,9	5,9	15,2
Agosto	39,0	69,4	6,8	22,2	7,6	1,3	17,4	-1,4	15,9
Setembro	39,2	69,6	14,6	23,6	8,0	7,4	18,9	0,1	17,4
Outubro	49,0	56,4	12,2	27,0	20,0	0,2	25,1	-2,2	23,0
Novembro	45,3	52,9	3,6	36,6	32,0	11,1	33,9	n.d.	n.d.
Jan.-nov./2008	40,3	58,2	7,5	12,9	17,0	3,8	19,0	1,0	16,3

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período fev.-dez.

n.d. = não-disponível.

EDITORIAL

Coordenação

Iranilde Rego

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão e Editoração

Equipe Editorial

Reprografia

Edson Soares

Brasília

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>